



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 49, de 2015

(Nº 275/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Os méritos do Senhor Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de julho de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00274/2015 MRE

Brasília, 1 de Junho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES

CPF.: 842.261.967-91

ID.: 7973 MRE

1959 Filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes, nasce no dia 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1984 | Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| 1985 | CPCD - IRBr |
| 1996 | CAD - IRBr |
| 2008 | CAE - IRBr, A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. |

Cargos:

- | | |
|------|---|
| 1986 | Terceiro-Secretário |
| 1992 | Segundo-Secretário |
| 1999 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 2003 | Conselheiro, por merecimento |
| 2008 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|-----------|--|
| 1986-87 | Divisão de Comunicações, assistente |
| 1987-88 | Divisão de Transmissões Internacionais, assistente |
| 1988-90 | Secretaria-Geral, assessor |
| 1990-91 | Departamento de Administração, assessor |
| 1991-95 | Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário |
| 1995-97 | Embaixada do Brasil em Assunção, Segundo-Secretário |
| 1997-98 | Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento, assessor |
| 1998-2000 | Departamento do Serviço Exterior, assessor |
| 2000-03 | Gabinete do Ministro de Estado, assessor |
| 2003 | Divisão da Europa I, Chefe, substituto |
| 2003-05 | Senado Federal, Assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado |
| 2005 | Presidência da República, Assessor Especial de ex-Presidente da República |
| 2005-08 | Embaixada em La Paz, Conselheiro |
| 2008-11 | Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro |
| 2011-14 | Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Chefe de Gabinete do Ministro |
| 2014 | Embaixada em Amã, Encarregado de Negócios em missão transitória |
| 2014-15 | Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória |

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 2000 | Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Comendador |
| 2001 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro |
| 2001 | Medalha do Mérito Alvorada, Brasil |

- 2002 Medalha do Pacificador, Brasil
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos III
Departamento de África
Divisão da África - III

ETIÓPIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE A ETIÓPIA	
NOME OFICIAL:	República Democrática Federal da Etiópia
CAPITAL:	Adis Abeba
ÁREA:	1.104.300 km ²
POPULAÇÃO:	90,9 milhões*
IDIOMA OFICIAL:	Amárico
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (43,5%), muçulmanos (33,9%), protestantes (18,6%), animistas (2,6%), outras religiões (1,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Conselho da Federação (<i>Yefedereshein Mikir Bete</i>), composta por 110 membros eleitos indiretamente para mandatos de 5 anos e Conselho dos Representantes do Povo (<i>Yehizb Tewokayoch Mekir Bete</i>), composta por 547 membros eleitos diretamente para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Mulatu Teshome Wirtu (desde 2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn (desde 2012)
CHANCELER:	Ministro Tedros Adhanom Ghebreyesus (desde 2012)
PIB NOMINAL	US\$ 46 bilhões (2013, FMI)
PIB PPP:	US\$ 126,7 bilhões (2013, FMI)
PIB PER CAPITA :	US\$ 548 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA :	US\$ 1533 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB	9,6% (2013); 8,8% (2012); 11,3% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,435 – 173º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,6 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	39% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	16,5% (dados oficiais do Governo etíope, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Birr
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sinknesh Ejigu
COMUNIDADE BRASILEIRA:	20 cidadãos

*Dados estimados pelo FMI, tendo em conta que, para tais informações, não há dados consolidados desde 2008.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ETIÓPIA (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→Etiópi a	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	54,5 9	37,4 4	32,9 4	47,9 2	48,4 5	34,2 8	55,3 5	62,8 1	20,7 8
Exportações	54,5 5	37,4 0	32,9 1	47,8 8	48,4 2	34,2 3	55,1 8	62,7 4	20,6 4
Importações	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	0,17	0,06	0,14
Saldo	54,5 1	37,3 7	32,8 8	47,8 4	48,3 8	34,1 8	55,0 1	62,6 8	20,5 0

Informação elaborada em 29 de abril de 2015, pelo Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mulatu Teshome Wirtu

Presidente



Nasceu em 1957 na pequena vila de Arjo, no oeste da Etiópia. Estudou na China, onde obteve bacharelado em Economia Política (1982) e doutorado em Direito Internacional, ambos pela Universidade de Pequim. Exerceu vários cargos no Governo etíope: Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Cooperação, nos anos 1990; Ministro da Agricultura, em 2001; Porta-Voz da Câmara Federal (Senado), entre 2002 e 2005. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador da Etiópia no Japão e, em 2006, foi designado Embaixador na Turquia.

Em outubro de 2013, quando ainda exercia suas funções na Turquia, foi eleito Presidente da Etiópia por voto parlamentar unânime. O TPLF (“Frente de Liberação do Povo de Tigré”, partido majoritário) indicara o seu nome para o pleito. Como seus predecessores, Mulatu pertence à etnia *oromo*, maior etnia do país.

HAILEMARIAM DESALEGN

Primeiro-Ministro



Hailemariam Desalegn nasceu no Distrito de Sore, sul da Etiópia, em 1949, e representa a minoria étnica *wolayta*. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Adis Abeba. Obteve, em 1992, o título de Mestre em Engenharia na Finlândia. Entre 1989 e 2000, lecionou no Instituto de Tecnologia da Universidade de Arbaminch, na região central da Etiópia, onde também desempenhou as funções de Vice-Reitor (1993-4) e Reitor (1994-2000).

Membro do Parlamento desde 1995, ocupou diversas posições políticas importantes, como a de presidente do Partido Movimento Democrático dos Povos Etióopes do Sul (SEPDM) – um dos quatro partidos membros da coligação governamental que detém o poder na Etiópia (Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia - EPRDF) – e de membro do Comitê Executivo do EPRDF. Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro Adjunto em 5 de outubro de 2010. Com a morte do então Primeiro-Ministro Meles Zenawi (agosto de 2012), após ocupar o cargo de Primeiro-Ministro interino, foi confirmado (21/9/2012) no cargo de Primeiro-Ministro, até maio de 2015, quando se realizarão novas eleições legislativas.

Desalegn avistou-se com a Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de sua visita à Etiópia, em maio de 2013. O então Ministro Antonio Patriota igualmente manteve encontros com Desalegn, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, à margem da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro de 2011, e durante sua visita oficial à Etiópia, em abril de 2012.

TEDROS ADHANOM GHEBREYESUS
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Tedros Adhanom Ghebreyesus nasceu em 1965, em Mekelle, na região do Tigré. Graduou-se em Biologia pela Universidade de Asmara, em 1986. Cursou mestrado em Imunologia e Doenças Infecciosas, pela Universidade de Londres, completando-o em 1992. Também detém título de Doutor (PhD) em Saúde Comunitária pela Universidade de Nottingham (2000). É pesquisador reconhecido internacionalmente na área da malária.

Servidor de carreira do Ministério da Saúde, ocupou vários cargos técnicos antes de tornar-se Ministro da Saúde, em 2005. Também fez parte, até 2009, da Força-Tarefa de Alto Nível para Financiamentos Inovadores para os Sistemas de Saúde, órgão copresidido pelo então presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick e pelo ex-Primeiro-Ministro britânico Gordon Brown.

Foi nomeado para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 29 de novembro de 2012, em substituição a Hailemariam Desalegn, que passou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Etiópia vem-se constituindo, nos últimos anos, como importante parceiro brasileiro na região do Chifre da África. Por abrigar a sede da União Africana, Adis Abeba projeta-se como capital diplomática da África, além de exercer relevante papel para a estabilidade em seu entorno regional. O país tem apresentado, ademais, elevadas taxas de crescimento, convertendo-se em uma das economias mais dinâmicas da África Oriental.

Em maio de 1951, foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo. Em 1956, a Embaixada do Brasil em Beirute passou a exercer ação cumulativa da Legação. Nos anos 1960, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, passando a ter sede em Adis Abeba. Ao final daquela década, contudo, a Embaixada brasileira na Etiópia foi desativada.

Até a década de 2000, haviam sido esparsas as visitas de alto nível entre os dois países. Cabe ressaltar a visita do Imperador Haile Selassie (1930-1974) ao Brasil em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek. Em meio à visita, houve tentativa frustrada de golpe de Estado na Etiópia.

As relações com a Etiópia ganharam impulso após a reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, em fevereiro de 2005. O objetivo da reabertura da Embaixada brasileira foi tanto o de fortalecer as relações com a Etiópia quanto o de promover o diálogo do Brasil com a União Africana (UA). Em março daquele ano, o então Ministro Celso Amorim realizou visita de trabalho a Adis Abeba, acompanhado de delegação integrada por representantes do Ministério da Saúde, da EMBRAPA e do setor privado brasileiro. O Ministro manteve audiências com seu homólogo etíope, Seyoum Mesfin, com o então Presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konaré, e com o Secretário-Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (que também tem sede em Adis Abeba).

A Etiópia, por sua vez, abriu Embaixada residente no Brasil em fevereiro de 2011, hoje a única representação etíope na América Latina. A iniciativa denota a expectativa etíope com relação ao Brasil, atualmente identificado como importante parceiro emergente, ao lado de China e Índia. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil importante instrumento para viabilizar o seu desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola, energética, e de infraestrutura, bem como no fortalecimento de suas políticas públicas sociais.

Desde a abertura da missão etíope em Brasília, os contatos de alto nível tornaram-se mais frequentes. O Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitou Adis Abeba regularmente como representante brasileiro nas Cúpulas da União Africana (janeiro de 2011, janeiro de 2012, julho de 2012, janeiro e

maio de 2013), bem como no funeral do então Primeiro-Ministro Meles Zenawi, em agosto de 2012. Nessas ocasiões, manteve encontros bilaterais com altas autoridades etíopes.

Em abril de 2012, o então Ministro Antônio Patriota realizou visita oficial à Etiópia. Na ocasião, o Chanceler brasileiro foi recebido pelo então Primeiro-Ministro Meles Zenawi e manteve encontro de trabalho com seu homólogo etíope e atual Primeiro-Ministro, Hailemariam Desalegn. O Chanceler etíope manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros, principalmente para projetos de infraestrutura, energia e mineração. Foram discutidas, ainda, questões regionais e multilaterais, com destaque para a situação na Somália, no Sudão e Sudão do Sul, e na Eritreia.

Durante a visita, foram também assinados cinco atos bilaterais, entre os quais se destaca o Acordo de Cooperação Técnica, ainda em tramitação no Executivo. Quando em vigor, o Acordo deverá contribuir para a alavancagem do grande potencial de cooperação existente entre os dois países, principalmente nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde.

Marco importante do relacionamento bilateral recente foi a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Adis Abeba, em maio de 2013, por ocasião das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Etiópia. Na ocasião, foram celebrados, quatro novos atos bilaterais, entre os quais se destacam Acordo de Cooperação Educacional e Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como Acordo de Serviços Aéreos. Os instrumentos encontram-se, atualmente, em tramitação no Executivo, para posterior envio ao Congresso Nacional.

Em julho de 2013, iniciou-se a rota aérea Adis-Abeba-São Paulo, operada pela Ethiopian Airlines. A abertura do voo pela empresa estatal etíope constitui gesto de confiança nas relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil.

Embora as relações com a Etiópia tenham experimentado inédito processo de adensamento nos últimos dez anos, há vasto espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral, em especial no âmbito da cooperação técnica e nos planos econômico-comercial e do diálogo político.

Há perspectivas de parcerias sólidas no campo da cooperação técnica, com destaque para a agricultura, os biocombustíveis e a troca de experiência na formulação e implementação de políticas sociais. Vale ressaltar que, por abrigar a sede da União Africana, qualquer projeto de sucesso desenvolvido na Etiópia tende a ter maior visibilidade e repercussão junto a outros países africanos.

A cooperação em agricultura, nesse contexto, é especialmente

relevante para a Etiópia, tendo em vista a vulnerabilidade do país às intempéries naturais e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar no país. Nesse contexto, tem-se desenvolvido parceria entre a Embrapa o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR). Após visita de delegação do EIAR, em fevereiro de 2012, ao Brasil, o Governo etíope apresentou, em março daquele ano, proposta de cooperação nas áreas de solos ácidos, manejo sustentável de florestas, pecuária, mecanização, produção de frutas e legumes, algodão e cana-de-açúcar.

Acordou-se, na ocasião, o desenvolvimento de projetos de cooperação que contemplassem, inicialmente, os temas de solos ácidos e manejo sustentável de florestas. Após mais de um ano de negociações, em dezembro de 2013, foram assinados os projetos de cooperação: "Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola", e "Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas".

O início da execução do projeto em Manejo de Florestas, com o envio de técnicos brasileiros para a realização da primeira atividade em Adis Abeba, está previsto para ocorrer em maio de 2015.

Há, igualmente, a possibilidade de o Brasil vir a exercer importante papel no projeto de expansão do setor sucroalcooleiro da Etiópia, uma das prioridades estabelecidas pelo Plano de Transformação e Crescimento do governo etíope (plano de desenvolvimento econômico do governo para o período de 2011 a 2015).

O lado etíope tem manifestado grande interesse em contar com a cooperação brasileira para estruturar sua produção de etanol, vista como alternativa à elevada dependência etíope de importações de combustíveis fósseis. Em abril de 2015, missão da "Petroleum & Natural Gas Development Enterprise", estatal etíope atuante na área de energia, realizou visita de estudos ao Brasil, com vistas a conhecer unidades de produção de etanol, bem como manter encontros com autoridades brasileiras.

Vinculado à questão agrícola, encontra-se o combate à fome e à pobreza. Os programas de transferência de renda e combate à pobreza brasileiros, como o Bolsa-Família e o Fome Zero têm atraído especial interesse das autoridades etíopes.

Desde 2012, a Etiópia é parte do programa PAA África ("Purchase from Africans for África"). Trata-se de iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa Alimentar Mundial de Alimentos (PMA), com o apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar.

O programa é parte da Cooperação Humanitária Brasileira para países em situação de crise alimentar e busca contribuir para uma transição

sustentável das doações de alimentos para a recuperação das capacidades produtivas agrícolas nacionais, fortalecimento dos mercados locais de alimentos e a introdução de programas regulares de assistência alimentar, principalmente alimentação escolar.

Ao final da 1^a fase do programa, em agosto de 2013, 8700 estudantes etíopes em sete escolas primárias foram beneficiários dos alimentos produzidos por 1.600 agricultores etíopes participantes da iniciativa. A segunda fase do Programa, iniciada ainda em agosto de 2013 e com duração estimada em 3 anos e meio, prevê que cerca de 9200 alunos sejam beneficiados com cerca de 2 milhões de refeições. Espera-se também que 1,5 mil agricultores sejam envolvidos em atividades de fortalecimento de produção e terão seus produtos adquiridos para as atividades de alimentação escolar.

No âmbito da cooperação humanitária prestada pelo Governo brasileiro, deve-se registrar a contribuição de US\$ 300 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados do conflito somali na Etiópia, em 2011, bem como doação, naquele mesmo ano, de US\$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas para desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual, entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito.

Também em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar, por meio do PMA, estoques públicos de alimentos para assistência humanitária. Naquele ano, foram doadas 500 toneladas de feijão, no valor de cerca de US\$ 445 mil. Em 2012, foram enviadas à Etiópia 21.500 toneladas de arroz, com valor estimado em mais de 10 milhões de dólares. No ano seguinte, foram doadas 1.500 toneladas de arroz, no valor de pouco mais de US\$ 700 mil dólares.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Etiópia é atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários. A comunidade brasileira na Etiópia é estimada em 20 cidadãos. Não há registro de brasileiros presos na jurisdição da Embaixada em Adis Abeba em 2014/2015.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos à Etiópia

POLÍTICA INTERNA

Histórico

O território que hoje constitui a Etiópia era dividido em vários reinos, dos quais o Império Aksumita, que atingiu seu apogeu no século I a. C., foi o mais notável. O Cristianismo foi adotado como religião oficial em princípios do século IV d.C., o que faz da Etiópia a nação cristã mais antiga do mundo, após a Armênia.

No final do século XIX, consolidou-se na região uma única monarquia, sob o Imperador Menelik I. Desde 1870, a região passou a ser cobiçada pela Itália, que procurava juntar-se às demais potências europeias na corrida pela repartição da África. Em 1896, os italianos estabeleceram uma colônia na região da atual Eritreia. No entanto, não conseguiram conquistar a Etiópia, tendo sido derrotados pelas forças do Imperador Menelik II na batalha de Adwa.

Em 1930, Haile Selassie assumiu o trono etíope, logo se defrontando com nova ofensiva expansionista da Itália. Os etíopes não resistiram às tropas de Benito Mussolini e o país seria ocupado entre 1936 e 1941. Com o apoio de tropas britânicas, forças nacionalistas etíopes expulsaram os italianos em 1941, e Selassie pôde reassumir o trono. A Etiópia permaneceu, assim, um dos poucos países da África que jamais foram colonizados por potência europeia.

Em 1952, criou-se a Federação da Etiópia e Eritreia, à qual se seguiu a anexação do segundo país pelo primeiro, em 1962. O Imperador Selassie empreendeu uma série de reformas para modernizar o Estado, mas o envolvimento da Etiópia numa disputa territorial com a Somália, bem como sucessivas revoltas de camponeses, desgastaram o regime progressivamente. No final dos anos 1960, o quadro era de descontentamento generalizado, alimentado por altas taxas de inflação, desemprego e estagnação econômica.

O fracasso do regime imperial de Haile Selassie em lidar com os problemas da Etiópia tornou-se evidente com a seca de 1973, quando se calcula que cerca de 300 mil pessoas tenham morrido de inanição. Incontáveis acusações de corrupção, além da incapacidade do Governo de reverter a crise econômica, conduziram o regime a seus limites máximos de impopularidade. Em fevereiro de 1974, greves generalizadas na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

O Derg

Em 1974, o Imperador foi deposto, vindo a morrer menos de um ano depois. Assumiu o poder um governo militar, controlado pelo Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou "Derg", nome amárico para "comitê", integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas.

Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do Presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Derg consolidou-se na vanguarda da revolução e, por influência de intelectuais de esquerda retornados do exílio, anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo socialista, aproximando-se da União Soviética e de Cuba. Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Derg optou pela linha marxista-leninista adotada pelo All Ethiopia Socialist Mouvement ou "Me'ei Sone", partido apoiado pelo Vice-Presidente, Coronel Mengistu Haile Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

Em consequência, o Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), também socialista, que defendia o estabelecimento de governo popular civil, bem como a autodeterminação da Eritreia, passou à oposição. No final de 1976, a deterioração da situação política levou o regime a lançar ofensiva total contra o EPRP, dando início ao período conhecido como "terror vermelho". Em fevereiro de 1977, após eliminar a dissidência interna no Derg, contrária ao endurecimento do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se na região do Tigré, no norte do país, estabelecendo a Frente de Libertação do Povo do Tigré (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus e juntou-se à luta de guerrilha contra o governo estabelecido em Adis Abeba. Enquanto isso, o Derg procurou consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, modelado no Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, instituindo a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes do Tigré (TPFL), incorporadas à coligação "Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia" (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter vitórias sucessivas e lançaram ofensiva decisiva contra o regime em 1991.

Em maio daquele ano, os insurgentes conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo governo de transição liderado pelo comandante do TPFL, Meles Zenawi. Mengistu refugiou-se no Zimbábue, onde se encontra até hoje.

A Ascensão do EPRDF e o atual Sistema Político da Etiópia

Em julho de 1991, durante conferência de paz patrocinada por EUA e Reino Unido, acordou-se a independência da Eritreia, formalizada mediante referendo em 1993. No plano interno, iniciou-se processo de descentralização, concedendo-se maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1995, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória da EPRDF. Paralelamente, o governo de transição iniciou programa de reformas econômicas com o objetivo de restabelecer uma economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial.

Desde então, a coligação agrupada em torno da EPRDF tem exercido o controle da política etíope. Apesar de ser composta por dois partidos cujas bases étnicas são majoritárias (OPDO, cuja etnia Oromo representa 35% da população, e ANDM, da etnia amara, 27% dos etíopes), a coligação vinha sendo, até recentemente, controlada pelo partido "Frente de Libertação do Povo do Tigré" TPFL (compõem a etnia tigré 6,1% da população do país). O Primeiro-Ministro Meles Zenawi (TPFL), comandou o país desde 1991 até sua morte, em 2012.

O sistema político etíope baseia-se na repartição do poder entre nove regiões administrativas delimitadas segundo critérios étnicos (Tigré, Oromia, Amara, Estado dos Povos do Sul, Somali, Afar, Benshangul-Gumaz, Gambela e Harar), duas municipalidades (Adis Abeba e Dire Daua) e um Parlamento forte, integrado por uma câmara baixa com 547 representantes (Conselho de Representantes do Povo) e pelo Senado com 110 assentos (Conselho Federal). Os Representantes do Povo são eleitos por voto popular direto, para mandatos de 5 anos, enquanto os membros do Conselho Federal são escolhidos pelos conselhos das regiões administrativas igualmente para mandato de 5 anos.

O Presidente da República exerce funções protocolares, sendo designado pelo Parlamento para mandato de 6 anos. O Chefe de Governo e mandatário de fato, igualmente designado pelo Parlamento, é o Primeiro-Ministro.

A Constituição, promulgada em agosto de 1995, formalizou o atual sistema de "federalismo étnico", concedendo ampla autonomia às regiões administrativas, inclusive o direito de votar pela secessão. Na prática, as regiões estão fortemente submetidas ao controle financeiro e político do Governo central.

O Governo de Meles Zenawi (1991-2012)

Meles Zenawi, que já chefiava o Governo etíope desde 1991, foi eleito Primeiro-Ministro em 1995 e permaneceu no poder até sua morte, em agosto de 2012. Em 2000, foram realizadas novas eleições, que reconfirmaram a EPRDF no Governo.

Em maio de 2005, o EPRDF obteve nova vitória nas eleições, o que permitiu a Meles Zenawi manter-se no cargo de Primeiro-Ministro. A oposição, embora tenha aumentado sua participação no Parlamento, conquistando 171 das 547 cadeiras, contestou o resultado das eleições. Os representantes da oposição recusaram-se a assumir os assentos conquistados. Manifestações de rua contrárias ao resultado, por sua vez, foram reprimidas tendo resultado na ocorrência de cerca de 200 mortes entre os manifestantes e milhares de detenções, entre as quais, importantes lideranças oposicionistas. Em 2006, a Justiça etíope começou a conceder “perdão”, paulatinamente, a parcela desses presos.

Analistas têm apontado a desarticulação da oposição, após os protestos de 2005, como importante fator para a expressiva vitória do EPRDF nas eleições de 2010. O partido conquistou 499 das 547 cadeiras do Parlamento Federal. A oposição conseguiu apenas duas cadeiras e os assentos restantes ficaram com membros de partidos aliados à EPRDF. O resultado das eleições continuou a permitir a manutenção de Meles Zenawi no poder.

Em setembro de 2011, o governo etíope deteve importantes políticos de partidos de oposição e jornalistas supostamente envolvidos em atividades terroristas. As detenções ocorreram três meses após o Governo etíope editar lei específica sobre anti-terrorismo, por meio da qual foram declaradas organizações políticas terroristas os partidos de oposição “Ginbot 7”, a “Frente de Libertação de Oromo” e a "Frente Nacional de Libertação de Ogaden".

Durante o período em que Zenawi esteve à frente do país, obteve-se relativa estabilidade política. Analistas e organizações não-governamentais, contudo, apontam para o crescimento das restrições às liberdade individuais no país, sobretudo após os protestos de 2005. Em paralelo aos desenvolvimentos políticos, o período, em especial a década de 2000, também foi caracterizado por elevadas taxas de crescimento (acima de dois dígitos entre 2004 e 2008).

Etiópia pós-Zenawi

Com a morte de Zenawi (ago/2012), a Etiópia passou por importante teste de transição política. Devido à baixa participação relativa de etnias majoritárias na coligação governista, alguns analistas chegaram a alertar para o risco de violenta disputa interna para a escolha do novo PM. Adotou-se, contudo, saída legalista, em processo estável e pacífico. Tratou-se da primeira

transição pacífica no país nos últimos 80 anos.

Em set/2012, o Vice-Primeiro Ministro Hailemariam Desalegn, de partido de minoria étnica do sul do país (SEPDM), foi confirmado como novo PM até 2015, quando serão realizadas novas eleições. A confirmação de Desalegn no cargo contou com o apoio de potências ocidentais, e, atém mesmo, de setores da oposição etíope, que defenderam a posse imediata de Desalegn.

Em novembro de 2012, o Parlamento aprovou reforma ministerial proposta por Desalegn. Foram criados, ademais, três cargos de Vice-Primeiro Ministro, os quais passaram a ser responsáveis pela coordenação do trabalho de vários ministérios agrupados em: a) Economia, Tecnologia, Informação e Comunicações; b) Governança e Serviços Públicos; e c) Temas Sociais e Educação. Alguns ministérios, contudo, seguem respondendo diretamente ao Primeiro-Ministro, que também ficaria encarregado da supervisão das principais obras de infraestrutura em andamento no país.

A reforma deveu-se, principalmente, a uma redistribuição mais equânime de poder dentro da coligação governista. Cada um dos três principais partidos regionais que compõem a coalizão (TPFL, OPDO e APDM) passou a ter um Vice-Primeiro-Ministro, enquanto o cargo de Primeiro-Ministro está nas mãos de um representante da Região Sul.

A transição no país foi completada, em outubro de 2013, com a eleição, pelo Parlamento, de Mulatu Teshome como novo Presidente etíope, em substituição a Girma Woldegiorgis, que permaneceu no cargo por 12 anos. Como seu antecessor, Teshome pertence à etnia Oromo, a maior do país.

Desalegn e representantes da coalizão governista têm defendido o caráter de continuidade do atual governo. Continuou prioritário, nesse contexto, a implementação do plano quinquenal etíope ("Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia") para o período 2010-2015. O Governo tem atribuído particular atenção ao desenvolvimento agrícola e a continuidade dos grandes projetos de infraestrutura, bem como enfatizado a necessidade de melhora na qualidade da educação e na prestação de serviços.

Eleições legislativas de 2015

Em conformidade com o calendário eleitoral vigente, a Etiópia realizará, no próximo dia 24 de maio, eleições parlamentares. Analistas políticos têm indicado que a desarticulação da oposição deverá contribuir, novamente, para ampla vitória da EPRDF e de seus aliados. Novas agremiações opositoras que se têm organizado por meio de redes sociais e vêm atraindo setores da juventude urbana não deverão, segundo esses mesmos analistas, ter impacto significativo nas eleições.

Uma vez formado, o novo parlamento deverá decidir sobre a nomeação de novo Primeiro-Ministro. Até o momento, não houve indicação da EPRDF sobre prováveis nomes para o cargo. Avalia-se como provável a recondução do atual Primeiro-Ministro.

Analistas têm apontado como os principais desafios que o novo Governo deverá enfrentar no plano político a necessidade de acomodar as principais etnias etíopes no poder, bem como atender à crescente insatisfação de certos segmentos da população com políticas identificadas como restritivas às liberdades civis.

POLÍTICA EXTERNA

A Etiópia segue uma política externa pragmática, voltada para a preservação de sua integridade territorial e para seu desenvolvimento socioeconômico. Por abrigar a sede da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) em Adis Abeba, a Etiópia é tida como a capital diplomática da África.

Cercado de focos de tensão, o país busca projetar-se como uma “ilha de estabilidade” na região do Chifre da África e tem privilegiado o relacionamento com parceiros dispostos a prestar-lhe ajuda econômica ou militar, bem como cooperação técnica.

O papel da Etiópia nos processos de promoção e manutenção da paz e segurança no Chifre da África vem sendo amplamente reconhecido pelos países ocidentais como crucial para os resultados alcançados até o momento. A Etiópia constitui, ademais, importante contribuinte de militares e policiais para operações de manutenção da paz da ONU, com cerca de 6.600 etíopes servindo em 5 diferentes missões.

O engajamento no processo de transição na Somália, a mediação para o fim da crise no Sudão do Sul, a luta contra o extremismo e o terrorismo, entre outras frentes de atuação etíopes, têm sido recompensadas com vultosos auxílios ao plano de desenvolvimento. A Etiópia figura entre os países que mais recebem auxílio externo no continente, tendo recebido US\$ 3,8 bilhões em ajuda oficial ao desenvolvimento, em 2013. O valor representou, naquele ano, cerca de 8% da Renda Nacional Bruta etíope.

Além das relações com os tradicionais doadores internacionais, a Etiópia tem privilegiado o relacionamento com os grandes países emergentes (Brasil, China e Índia), considerados potencialmente estratégicos para a alavancagem de seu desenvolvimento econômico e social.

Histórico

Durante o reinado de Haile Selassie (1930-1974), a Etiópia buscou inserir-se no Bloco Ocidental e manter relacionamento privilegiado com os EUA. O golpe de 1974 marcou o início de um processo de afastamento progressivo do Ocidente, com o estabelecimento do Derg, regime de inspiração socialista. A tomada do poder pelo Coronel Mengistu Mariam (1977) e as violações dos direitos humanos perpetradas em seu regime induziram os EUA a reduzirem a ajuda econômica e a suspenderem a cooperação militar com a Etiópia. No mesmo ano, tropas da Somália invadiram a região de Ogaden, ao leste da Etiópia, considerada pelo Governo somali como parte do seu território. A URSS, que procurava consolidar sua esfera de influência na região e que, até

então, sustentava o regime da Somália, passou a apoiar a Etiópia, país que se tornou o principal aliado de Moscou no Chifre da África. Graças à ajuda militar soviética e cubana, a invasão somali foi repelida, passando o Derg a concentrar esforços no combate ao separatismo eritreu e aos movimentos rebeldes contrários ao regime.

Reaproximação dos EUA

A Etiópia permaneceria na órbita soviética até o final da década de 1980, quando a perestroika, a glasnost e a subsequente dissolução da URSS levariam ao fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da URSS da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os EUA. A Etiópia tornou-se, desde então, um dos maiores recipiendários da ajuda bilateral norte-americana na África subsaariana (cerca de US\$ 1 bilhão anuais).

Durante o conflito de fronteira com a Eritreia, entre 1998 e 2000, Etiópia e EUA distanciaram-se novamente. Tal situação, entretanto, seria revertida a partir dos atentados de 11/9, quando Adis Abeba passou a ser vista como aliada-chave dos EUA na “guerra contra o terror”, devido, principalmente, a sua posição estratégica no Chifre da África. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas, como a força conjunta de 1800 soldados etíopes e americanos aquartelados no Djibuti. A intervenção etíope na Somália, em 2006, com o objetivo de minar a ação de forças islâmicas consideradas extremistas, ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

Em outubro de 2011, foi noticiada a existência de base militar norte-americana na Etiópia, para o lançamento de aviões não tripulados (“drones”), munidos de armamento, com o objetivo de combater grupos radicais em território somali.

Em que pese o bom relacionamento mantido com a Etiópia, autoridades norte-americanas vêm manifestando, desde o Governo Zenawi, o desejo de reformas na área de direitos humanos. Nos últimos anos, Washington tem elevado o tom das críticas ao país nessa área. Em março de 2014, relatório anual de monitoramento de direitos humanos, produzido pelo Departamento de Estado, incluiu a Etiópia entre os países com riscos às liberdades civis.

Apesar das divergências na área dos direitos humanos, analistas apontam, contudo, que os EUA seguem privilegiando a cooperação com a Etiópia, dado seu papel fundamental na estabilidade política e no combate ao terrorismo no Chifre da África.

Relações com a China

A China constitui, atualmente, o principal parceiro comercial etíope, com um volume de comércio total de cerca de US\$ 5,5 bilhões, em 2014, dos quais mais de US\$ 5 bilhões referentes a importações de produtos chineses. O déficit comercial com a China tem sido compensado pela concessão de créditos ao país. O país asiático desponta como o maior provedor de financiamentos à Etiópia (cerca de 60% do total de empréstimos angariados por Adis Abeba). Os recursos subsidiados obtidos pela Etiópia são direcionados, principalmente, para projetos de infraestrutura levados a cabo por empresas chinesas, em especial nos setores agrícola, de infraestrutura e de energia. Além da concessão de financiamentos, a China vem despontando como importante investidor no país. Destaca-se, nesse contexto, a instalação na Etiópia de fábricas automotivas e de equipamentos agrícolas de origem chinesa. Registros do Governo etíope indicam que, entre 1998 e 2012, o volume de investimentos chineses no país montou a US\$ 2,4 bilhões, perfazendo cerca de 5% do PIB do país.

O elevado fluxo do comércio bilateral, bem como a grande concessão de crédito e investimentos torna a China uma prioridade natural para a diplomacia etíope. Nesse contexto, os dois países vêm passando por processo de grande intensificação do relacionamento, que se tem refletido em grande número de visitas bilaterais de parte a parte, com destaque para a visita de Desalegn a Pequim, em 2013, e a visita do Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang à Etiópia, em maio de 2014.

Questão da Bacia do Nilo / Egito

A questão do aproveitamento das águas da Bacia do Nilo é central para a política externa da Etiópia, uma vez que o país investe em uma série de projetos de irrigação e aproveitamento hidrelétrico, de caráter estratégico para seu desenvolvimento socioeconômico.

Egito e Sudão temem, nesse contexto, a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seus territórios. Os dois países afirmam ter direitos históricos ao uso do rio Nilo, baseado em acordo egípcio-sudanês firmado em 1959.

A divisão estabelecida, contudo, tem sido questionada pela Etiópia e por outros Estados da bacia do Nilo, que não participaram do acordo. Esses países têm advogado a revisão das quotas do Nilo, consideradas injustas. Em 1999, os então dez Estados da bacia hidrográfica formaram a Iniciativa da Bacia do Nilo, parceria que visa a estimular a cooperação no uso da água

comum. Em 2010, à revelia de Egito e Sudão, a Etiópia e outros quatro países da bacia hidrográfica (Quênia, Tanzânia, Ruanda e Uganda) firmaram o Acordo-Quadro de Cooperação da Bacia do Nilo. O instrumento almeja estabelecer um novo regime internacional para a Bacia do Nilo.

Nesse contexto, o Egito, que tem no Nilo 95% de seu abastecimento de água e em cujas margens concentram-se 92% das terras aráveis do país, e, em menor escala, o Sudão, têm acompanhado com especial preocupação a construção, iniciada em 2011, da "Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope", no Nilo Azul, principal tributário do Nilo. A hidrelétrica, quando finalizada, será a maior do continente, com capacidade geradora de cerca de 6 mil Megawatts. Nas últimas semanas antes de sua deposição, em junho de 2013, o então Presidente egípcio Mohamed Morsi, por ocasião do anúncio etíope do início da transposição de afluente do Nilo para a construção da hidrelétrica, chegou a ameaçar com guerra a Etiópia, caso prosseguisse com a construção da usina.

Após a queda de Morsi, contudo, o Egito passou a adotar maior moderação em relação à questão. Em seu discurso de posse, em junho de 2014, o Presidente egípcio Abdel Fattah Al-Sissi afirmou que não permitiria que a questão gerasse fissuras no relacionamento entre Egito e Etiópia. Em março de 2015, Egito, Sudão e Etiópia assinaram, em Cartum, Declaração de Princípios sobre a Hidrelétrica. Entre as disposições mais relevantes da declaração encontram-se o prazo de quinze meses para a finalização de acordos sobre o primeiro enchimento da barragem e sobre as políticas de operação anual da Hidrelétrica, bem como a adoção do princípio de solução pacífica de quaisquer disputas. Em seguimento, o Presidente Al-Sissi realizou histórica visita de Estado à Etiópia.

Sudão e Sudão do Sul

O relacionamento bilateral com o Sudão já foi tenso, com acusações por parte das autoridades de Cartum de que Adis Abeba apoiava a guerrilha do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do Movimento de Libertação do Sudão (SPLM), principal força política do Sudão do Sul.

A relação entre os dois países deu um salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver uma longa disputa fronteiriça com o Sudão e desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A mediação da Etiópia nas negociações do Acordo Abrangente de Paz, em 2005, entre o Norte e o Sul do Sudão, e, mais recentemente, o engajamento do país na UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei, região disputada por Sudão e Sudão do Sul), composta em sua maioria por militares etíopes

(cerca de 4000 tropas), contribuíram significativamente para a distensão nas relações bilaterais.

Para Adis Abeba, a estabilização da região é estratégica, uma vez que o petróleo do Sudão e do Sudão do Sul é um importante fator no crescimento etíope. Em setembro de 2012, foi assinado acordo entre Sudão do Sul, Etiópia e Djibuti para a construção de oleoduto ligando o Sudão do Sul ao Djibuti, via Etiópia, ao custo inicial de US\$ 3 bilhões.

A eclosão de conflito civil no Sudão do Sul, em dezembro de 2013, tem levado a Etiópia a apoiar os esforços de mediação conduzidos pela IGAD (Intergovernmental Authority on Development), com vistas a alcançar solução de compromisso entre as facções beligerantes que permita a cessação das hostilidades e a formação de Governo de unidade nacional. Até o momento, contudo, a mediação do organismo, apesar de seguidos acordos assinados em Adis Abeba entre as partes beligerantes, não obteve resultados concretos para a pacificação do país.

Relações Etiópia-Eritreia

Após quase três décadas de luta para obter a autonomia, a Eritreia tornou-se independente da Etiópia em 1993. A partir de 1990, a aliança estratégica entre o EPRDF e o movimento separatista eritreu foi fundamental para a queda do Derg. Com a independência da Eritreia, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento amigável, motivados pela interdependência econômica, chegando inclusive a manter uma moeda comum. Em 1997, a Eritreia decidiu adotar moeda própria, o nafka. Essa medida aumentou consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica levaram à rápida deterioração do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteiriça de Badme.

Somente em dezembro de 2000, com a ativa participação da presidência de turno da então Organização da Unidade Africana (Argélia), negociações entre Etiópia e Eritreia resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil e África Sul, que emitiram Declaração Conjunta naquele mesmo mês.

Em que pese a obtenção de acordo, o relacionamento entre Adis Abeba e Asmara segue tenso, com acusações recíprocas de apoio a movimentos rebeldes. Apesar desse quadro, especialistas consideram pouco provável que a tensão entre os dois países possa desencadear uma retomada na guerra de fronteira, já que a Eritreia não estaria em condições financeiras para

sustentar novo conflito armado.

Relações Etiópia-Djibuti

Em decorrência da guerra com a Eritreia, na década de 1990, a Etiópia perdeu o acesso ao porto de Assab e teve de redirecionar seu fluxo de comércio para o Djibuti. A partir de então, as relações bilaterais tornaram-se mais fluidas e intensas. Atualmente, cerca de 85% do volume de comércio exterior etíope passa pelo Djibuti. Empresas etíopes, por sua vez, controlam parte significativa do setor de logística no país.

A Etiópia tem buscado alternativas de portos para o escoamento de suas exportações e importações. As opções existentes, contudo, revelam-se geograficamente distantes, como no caso de Port Sudan, ou enfrentam grande instabilidade, como no caso de portos na Somália, o que tem levado analistas a indicar que a interdependência entre Djibuti e Etiópia deverá crescer e, até mesmo, intensificar-se nos próximos anos.

Somália

Em dezembro de 2006, após meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia interveio na Somália, com o objetivo de dar suporte ao Governo Federal de Transição (GFT) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o GFT isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte, deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo o GFT se instalado em Mogadíscio.

Em outubro de 2008, a implementação dos acordos de paz entre o GFT e a frente oposicionista Aliança para a Relibertaçāo da Somália (ARS) resultou na retirada das tropas etíopes do país. Os acordos previam a saída gradual de forças militares, que seria completada até janeiro de 2009, o que de fato ocorreu, ficando a estabilização interna da Somália a cargo das forças da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

Em novembro de 2011, tropas etíopes novamente realizaram incursão na Somália, em cooperação com a AMISOM e o Governo de transição somali. A ação conjunta da Etiópia, da AMISOM e do Governo somali permitiu importantes vitórias frente a grupos radicais somalis, em especial o Al-Shabaab. Desde então, tropas da Etiópia seguem presentes no país vizinho, tendo sido incorporadas ao contingente da AMISOM em janeiro de 2014. Atualmente, o país mantém cerca de 4400 soldados na Somália,

constituindo o 5º maior contingente da missão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo país mais populoso da África e 9^a maior economia do continente, a Etiópia situa-se, atualmente, entre os países cujas economias mais crescem no continente. Entre 2004 e 2011, o país cresceu, em média, 10,5% ao ano. Não obstante, a Etiópia ainda figura entre os países mais pobres do mundo. O país ocupa a 173^a posição no ranking do IDH e sua renda per capita (US\$ 572, em 2013) permanece inferior à média dos países da África subsaariana (US\$ 1770, no mesmo ano). Apesar dos avanços nas últimas duas décadas em matéria educacional, o analfabetismo ainda atinge 39% da população. Entre as mulheres com mais de 15 anos, esse índice chega a 70%.

A taxa de crescimento populacional tem sido de cerca 2,6% ao ano, nos últimos cinco anos, com taxa de fertilidade de 4,8 filhos por mulher, apesar dos esforços governamentais em favor do planejamento familiar. Estima-se que a população etíope poderá dobrar em menos de 25 anos.

A agricultura ainda representou, em 2013, cerca de 47% do PIB do país. O setor empregou mais de 85% da população e respondeu por mais de 70% das exportações naquele ano. Além do cultivo de café e de sementes oleaginosas para exportação, destaca-se a produção de grãos para consumo interno e a criação de animais.

A preponderância do setor agrícola explica-se pela baixa taxa de urbanização do país (16,8 %), uma das menores do continente africano. Estima-se que a população rural do país seja da ordem de 70 milhões de indivíduos. A Etiópia é, ainda, um dos dez países africanos que figuram na lista de extremo risco no índice de segurança alimentar, especialmente em razão de seu frágil regime de chuvas.

Condições climáticas favoráveis, nos últimos anos, bem como a ampliação dos investimentos governamentais na área agrícola, têm propiciado a expansão da produção agrícola etíope e sustentado as altas taxas de crescimento econômico. Em 2013, o PIB etíope teve aumento de 9,6 % e, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, deverá ter crescido 8,8%, em 2014. Avalia-se que a economia etíope manterá ritmo de crescimento superior a 8% durante os próximos anos, em virtude da expansão em curso da produtividade do setor agrícola, bem como de grandes obras no setor de infraestrutura e energia que vêm sendo realizadas pelo Governo.

O contínuo crescimento da economia etíope tem sido acompanhado pelo aumento de pressões inflacionárias. Contribuem para esse cenário, em especial, a elevada dependência da importação de insumos e alimentos, bem como a expansão dos gastos públicos, em especial no setor de infraestrutura e energia. A elevação dos preços, nesse contexto, chegou a 33%, em 2011, e

15%, em 2012. Desde então, a inflação tem-se situado abaixo de dois dígitos (7,6%, em 2013, e, estima-se, 9,2%, em 2014), em virtude da redução do preço dos alimentos e dos combustíveis no mercado internacional. Contribuiu para essa redução, igualmente, a adoção de política monetária mais restritiva pelo Governo.

O Governo ainda desempenha importante papel na economia do país, seja como interventor (controle de preços e regulamentação de mercado e acesso a terras), seja como planejador. Entre os programas governamentais de fomento ao desenvolvimento econômico, merece destaque o “Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia” (“Growth and Transformation Plan” – GTP), que norteia as ações do governo para o período de 2011 a 2015.

O GTP objetiva, no âmbito político-econômico-social, a erradicação da pobreza no país, principal agenda de desenvolvimento do Governo etíope. Ele sucede os dois Planos de Desenvolvimento Acelerado e Sustentável para o Fim da Pobreza ("Plan for Accelerated and Sustained Development to End Poverty" - PASDEP), que serviu de base para as políticas econômicas e sociais do país de 2001 a 2010.

Entre as metas do GTP, destaca-se: manter o crescimento do PIB a taxas médias de 11% a 15% a.a.; dobrar a produção do setor agrícola nacional para garantir, pela primeira vez, a segurança alimentar no país; aumentar a participação industrial na economia do país, sobretudo na produção de açúcar, têxteis, couros e cimento; investir em infraestrutura; e elevar a renda da população com justiça social, de modo que a Etiópia atinja, no médio prazo, o nível dos países de renda média.

Baseado no GTP, o Governo vem aumentando os investimentos em infraestrutura, especialmente nas áreas: de transporte, com a construção de estradas e de 2.395 km de ferrovia interligando Adis Abeba ao Djibuti, bem como a instalação de um sistema de 35 km de veículo sobre trilhos na capital; energia, com a construção planejada de duas novas hidrelétricas para o aumento da capacidade de produção de 2.100 MW para 10.000 MW; e construção civil, com programas nacionais de habitação. O Governo também vem aumentando suas parcerias, particularmente com a China, para a implantação de um parque industrial.

O maior projeto de infraestrutura da Etiópia, a Represa do Grande Renascimento Etíope, foi apontado, recentemente, pelo FMI como um dos fatores de desestabilização da economia. A construção da represa foi iniciada em abril de 2011 e sua conclusão está prevista para 2018. O orçamento total é de US\$ 4,5 bilhões, o que significa cerca de 10% do PIB do país, em 2013. O projeto está sendo financiado quase inteiramente por recursos internos.

Nesse contexto, o Governo definiu impostos específicos, como os incidentes sobre os grandes projetos agrícolas, cujo recolhimento está sendo

dedicado inteiramente ao projeto. A Etiópia também iniciou um programa de venda de títulos no mercado internacional para tentar elevar os recursos disponíveis para a construção da represa. O plano do país é quadruplicar sua capacidade de produção de energia até 2020, e passar a exportar para toda a região.

A balança comercial etíope é cronicamente deficitária (US\$ 11,7 bilhões, em 2014, quase um quarto do PIB do país) devido principalmente à elevada demanda por bens de capital e hidrocarbonetos e à relativa inelasticidade do setor exportador, dependente do café e de soja.

Apesar dos esforços de diversificação da economia empreendidos pelo Governo, especialmente na área da indústria, a pauta de exportações da Etiópia é extremamente concentrada. Apenas quatro produtos agrícolas respondem por quase 70% de suas exportações. Trata-se da pauta mais concentrada da África, com exceção dos países exportadores de petróleo. O café foi o principal item da pauta, representando 27,5% das vendas do país em 2014. Seguiram-se: soja em grãos e sementes (22,4%); hortícolas (19%); Floricultura (6,7%); animais vivos (5,7%); ouro e pedras preciosas (5,4%); e peles e couros (3%). Em 2014, as exportações somaram US\$ 2,9 bilhões.

As exportações da Etiópia são destinadas, em grande parte, à China (15,3% do total, em 2014), à Somália (11,1% do total, em 2014) e à Alemanha (7,4% do total, em 2014).

No lado das importações, a China é a principal fornecedora de bens à Etiópia, tendo absorvido 34,1% do mercado etíope em 2014. Seguiram-se: Arábia Saudita (8,5%); Índia (7,2%); e Kuaite (6,4%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os principais vendedores para a Etiópia e participou com 0,4% do total, em 2014.

A pauta de importações é composta por bens com alto valor agregado. Combustíveis, máquinas e automóveis somaram 51% do total em 2014.

As transferências unilaterais, compostas pelas remessas de expatriados e, principalmente, pelas doações de caráter humanitário e pela ajuda oficial ao desenvolvimento, têm papel fundamental para o equilíbrio das contas públicas etíopes. Desde 2008, segundo dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), a Etiópia é o maior receptor de ajuda externa no continente africano. Segundo o Banco Mundial, o país recebeu, em 2013, US\$ 3,8 bilhões em auxílio oficial ao desenvolvimento.

Nesse contexto, o país é o maior destino de recursos de ajuda financeira do Reino Unido (cerca de US\$ 750 milhões por ano) e da União Europeia (cerca de US\$ 150 milhões), bem como um dos maiores receptores de recursos dos Estados Unidos (pouco mais de US\$ 1 bilhão por ano). O abundante fluxo de recursos se explica tanto pela posição política estratégica e

por seu alinhamento às potências ocidentais na luta contra o terrorismo quanto pelo comprometimento do Governo com a destinação dos recursos. A Etiópia é percebida como altamente confiável em relação à utilização das doações.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral com a Etiópia, após atingir o histórico valor de US\$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 67% no ano de 2014, totalizando US\$ 20,7 milhões, naquele ano.

As exportações brasileiras são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados. Máquinas mecânicas, automóveis e instrumentos de precisão representaram 68,5% do total exportado pelo Brasil à Etiópia. Em seguida posicionaram-se os básicos (fumo), com 19%. O Brasil importa basicamente couro da Etiópia (89% das importações, em 2014).

A presença de empresas brasileiras na Etiópia ainda é reduzida. Nos últimos anos, contudo, tem havido maior interesse de empresas brasileiras em prospectar oportunidades econômicas no país. Há boas perspectivas para parcerias com empresas etíopes, em especial na área de biocombustíveis e cultivo de cana de açúcar, bem como no setor agrícola em geral. A empresa brasileira Keppler-Weber já construiu dois silos agrícolas na Etiópia.

Os planos de desenvolvimento e de transformação da base de produção do país abrem espaço, ademais, para presença brasileira na área de infraestrutura (energia, transportes, entre outros). A Andrade Gutierrez ganhou concessão, em 2012, para a construção de 496km de ferrovia ligando Adis Abeba a Bedele, no sudoeste da Etiópia. A empresa e o Governo etíope, contudo, não lograram negociar as garantias necessárias à concessão do financiamento para a realização da obra.

Há ainda potencial de desenvolvimento de projetos na área de energia hidrelétrica. Aproximadamente 98% da energia elétrica gerada na Etiópia é oriunda da hidroeletricidade e há vasto potencial a ser explorado, haja vista o relevo acidentado do país.

Anexos

CRONOLOGIA HISTÓRICA

400 a.C.-750	Formação, consolidação e declínio do Império Aksumita onde hoje é a Etiópia;
1270	Yekuno Amlak estabelece a dinastia salomônica sobre o Império da Etiópia;
1490-1529	Guerras entre muçulmanos e cristãos;
1889	Consolida-se na região uma única monarquia, sob a égide do Imperador Menelik I;
1896	Governo etíope derrota o exército italiano na famosa Batalha de Adwa, impedindo temporariamente o expansionismo europeu;
1930	Hailê Selassie assume o trono etíope;
1936-1941	Etiópia é ocupada por tropas italianas;
1952	Criação da Federação da Etiópia e Eritreia;
1962	Anexação da Eritreia pela Etiópia;
1974	Imperador Haile Selassie é deposto e assume o poder um governo militar (Derg). O Derg proclama a Etiópia um país socialista;
1977	Ascende ao poder o Coronel Mengistu Haile Mariam;
1977-91	Instaura-se o Terror vermelho, período de grande repressão e violência;
1991	Derrubada do Derg a ascensão do atual governo, liderado pela Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF);
1993	A Eritreia torna-se independente;
1995	São realizadas as primeiras eleições após a derrubada do Derg, com ampla vitória da EPRDF. Meles Zenawi assume o cargo de Primeiro-Ministro;
1998-2000	Guerra entre a Etiópia e a Eritreia, deflagrada por disputa fronteiriça;
2001	Estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia (UNMEE);
2002	É instituída, no âmbito das Nações Unidas, comissão para demarcação das fronteiras entre Etiópia e Eritreia (<i>UN Eritrea-Ethiopia Boundary Comission -EBBC</i>);

2003	A EBBC apresenta relatório alegando que a cidade de Badme (sob administração etíope por décadas) pertence à Eritreia. O governo etíope rejeita as conclusões divulgadas e o processo de demarcação de fronteiras é interrompido;
2005	Manifestações seguidas do resultado das eleições são violentamente oprimidas e levam à prisão de inúmeros opositores do governo;
2006-2009	A Etiópia invade a Somália para dar suporte ao Governo Federal de Transição em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas;
2007	A EBBC encerra seus trabalhos mesmo não tendo sido finalizado o processo de demarcação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia;
2008	O mandato da UNMEE expira e as tropas da ONU retiram-se;
2010	Novas eleições dão vitória incontestada ao EPRDF. Meles Zenawi permanece no cargo de Primeiro-Ministro;
2011	Criação da Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA);
2011	Início da construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope, no Nilo Azul.
2012	Morte de Meles Zenawi em agosto. Em setembro, Halemaryam Desalegn é confirmado como Primeiro-Ministro até 2015.
2013	Mulatu Teshome Wirtu é eleito Presidente da Etiópia.
2014	Foi agendada, para o dia 24 de maio de 2015, a realização de eleições parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Criação da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo.
1960	Visita oficial do Imperador Haile Selassie ao Brasil.
Início dos anos 60	Elevação da representação à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba.
Final dos anos 60	Fechamento da embaixada em Adis Abeba.
2004	Visita da Subsecretaria-Geral Política e do Diretor do Departamento de África do Itamaraty a Adis Abeba.
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba.
2005	Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim a Adis Abeba, acompanhado de representantes do Ministério da Saúde, da EMBRAPA e do setor empresarial.
2007	Visita do então Subsecretário-Geral do Itamaraty, Embaixador

	Roberto Jaguaribe, à Etiópia
2010	Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia, em Montreal.
2010	Concessão de “agrément” em favor do Senhor Wutelaw Hailemarian Nigussie como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Etiópia junto ao Governo brasileiro.
2011	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba em janeiro, como representante brasileiro na XVI Cúpula da União Africana.
2011	Reabertura da Embaixada da Etiópia no Brasil.
2011	Missão de prospecção da ABC e da Embrapa é enviada a Adis Abeba.
Jan/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XVIII Cúpula da União Africana.
Fev/2012	Missão do Instituto Etiópe de Pesquisa Agrícola (EIAR) visita a Embrapa.
Mar/2012	Missão da ABC e Embrapa à Etiópia.
Abr/2012	Visita oficial do Ministro Antonio Patriota a Adis Abeba, na qual foram mantidos encontros com o então Primeiro-Ministro Meles Zenawi e com o Chanceler Hailemariam Desalegn (atual Primeiro-Ministro).
Jun/2012	Visita do Primeiro-Ministro Meles Zenawi ao Brasil, chefiando delegação etíope para a Conferência Rio+20.
Jul/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XIX Cúpula da União Africana, em julho.
Ago/2012	Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representa o Governo brasileiro no funeral do Primeiro-Ministro Meles Zenawi em agosto.
Jan/2013	Visita do Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XX Cúpula da União Africana.
Mai/2013	Visita da Senhora Presidenta da República a Adis Abeba para participação, como convidada de honra, das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o Primeiro-Ministro

	Hailemariam Desalegn.
Dez/2013	Visita do Ministro do Desenvolvimento Urbano etíope, Mekuria Haile, a Brasília.
Abr/2014	Visita do Vice-Primeiro-Ministro Demeke Hassen a Brasília, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	23/04/2012	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia	24/05/2013	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre	24/05/2013	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação		
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	24/05/2013	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Etiópia

Indicador	2012	2013	2014⁽¹⁾	2015⁽¹⁾	2016⁽¹⁾
Crescimento real (%)	8,84%	9,66%	8,20%	8,46%	8,47%
PIB nominal (US\$ bilhões)	42,63	46,00	49,86	55,52	61,52
PIB nominal "per capita" (US\$)	491	518	548	597	647
PIB PPP (US\$ bilhões)	113,88	126,75	139,43	154,02	170,21
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.312	1.427	1.533	1.656	1.791
População (milhões de habitantes)	86,77	88,85	90,98	92,98	95,03
Inflação (%)	15,00%	7,65%	9,29%	9,06%	9,00%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-2,99	-2,78	-3,53	-4,04	-4,07
Câmbio (Birr / US\$)	17,70	18,96	19,80	21,55	23,25

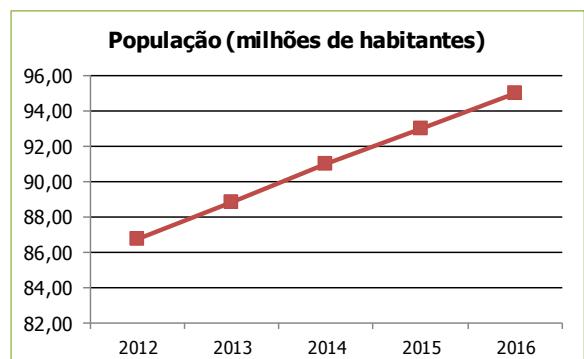
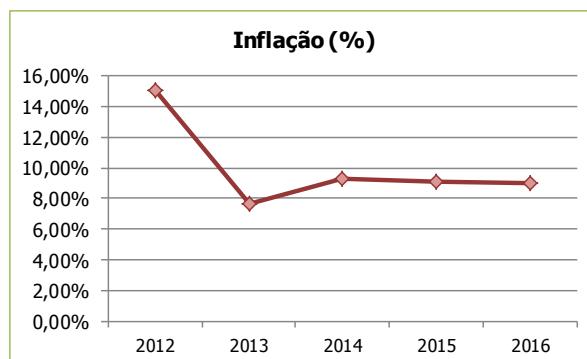
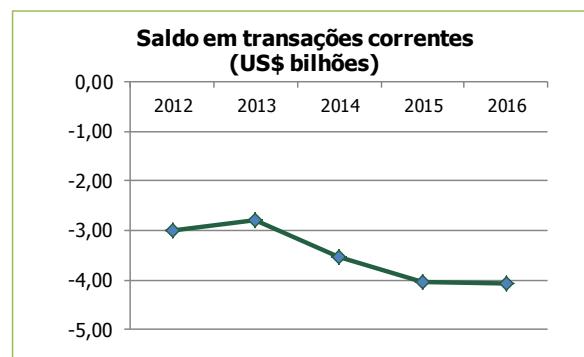
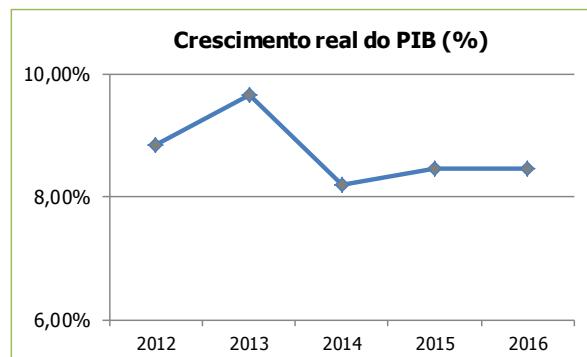
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	47,0%
Indústria	10,8%
Serviços	42,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.

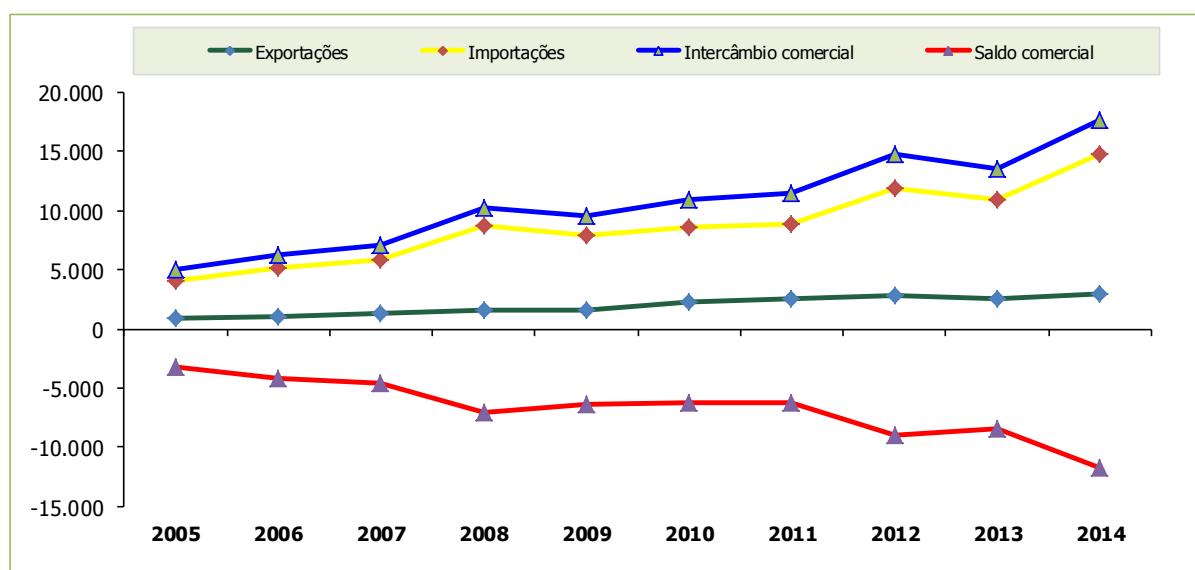


Evolução do Comércio Exterior da Etiópia
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	926	50,7%	4.095	42,5%	5.021	43,9%	-3.169
2006	1.043	12,6%	5.207	27,2%	6.250	24,5%	-4.164
2007	1.277	22,5%	5.809	11,5%	7.086	13,4%	-4.532
2008	1.602	25,4%	8.680	49,4%	10.282	45,1%	-7.078
2009	1.618	1,0%	7.974	-8,1%	9.592	-6,7%	-6.356
2010	2.330	279,0%	8.602	199,3%	10.932	213,4%	-6.272
2011	2.615	12,2%	8.896	3,4%	11.511	5,3%	-6.281
2012	2.891	10,6%	11.913	33,9%	14.804	28,6%	-9.022
2013	2.591	-10,4%	10.955	-8,0%	13.546	-8,5%	-8.364
2014	2.978	14,9%	14.718	34,3%	17.696	30,6%	-11.740
Var. % 2005-2014	221,5%	---	259,4%	---	252,4%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

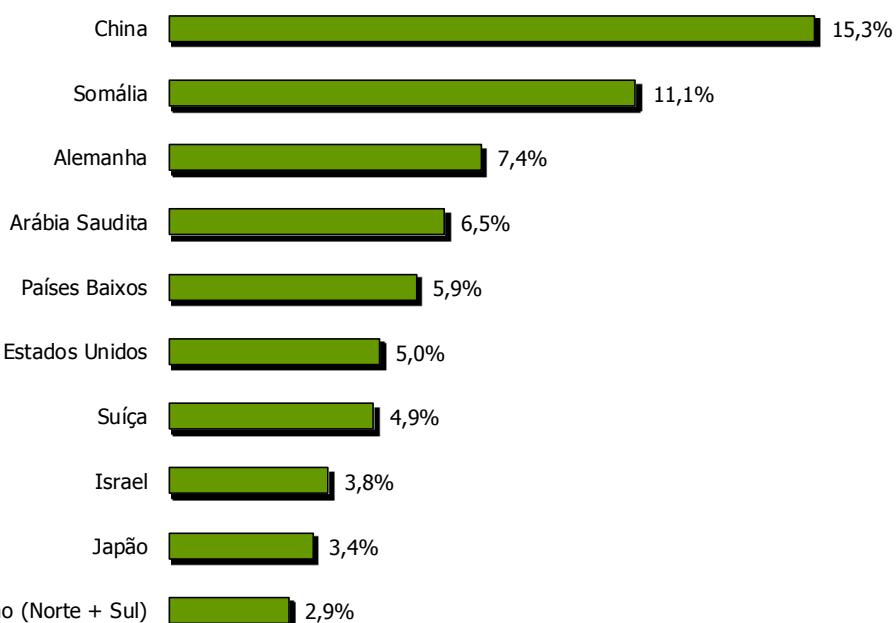


Direção das Exportações da Etiópia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
China	456	15,3%
Somália	330	11,1%
Alemanha	221	7,4%
Arábia Saudita	195	6,5%
Países Baixos	175	5,9%
Estados Unidos	149	5,0%
Suíça	145	4,9%
Israel	113	3,8%
Japão	102	3,4%
Sudão (Norte + Sul)	85	2,9%
...		
Brasil	0,0	0,0%
Subtotal	1.971	66,2%
Outros países	1.007	33,8%
Total	2.978	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais destinos das exportações



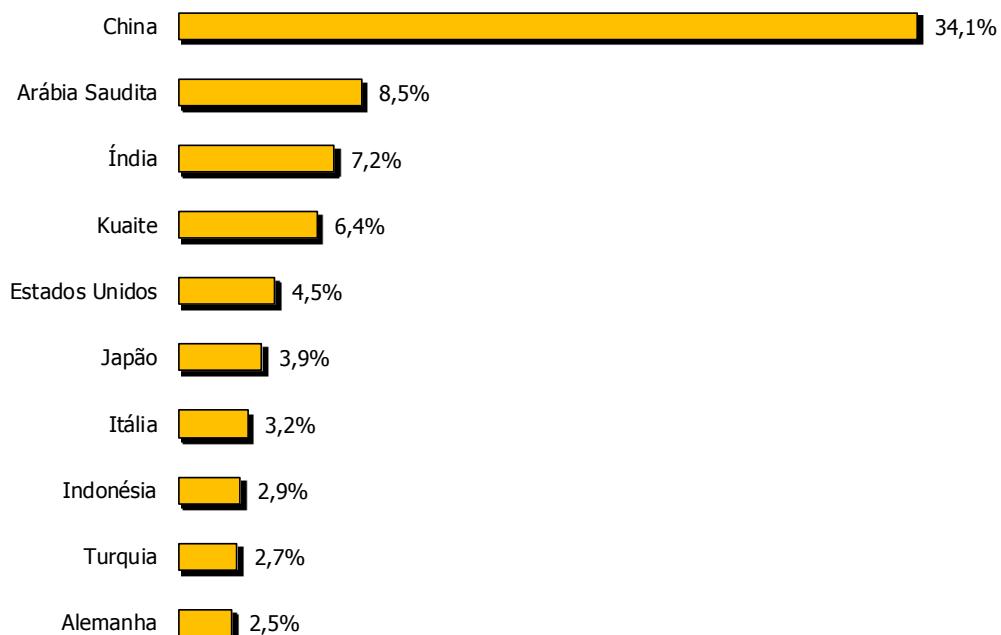
Origem das Importações da Etiópia

US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
China	5.018	34,1%
Arábia Saudita	1.245	8,5%
Índia	1.056	7,2%
Kuait	943	6,4%
Estados Unidos	655	4,5%
Japão	569	3,9%
Itália	472	3,2%
Indonésia	422	2,9%
Turquia	400	2,7%
Alemanha	364	2,5%
...		
Brasil (30ª posição)	57	0,4%
Subtotal	11.201	76,1%
Outros países	3.517	23,9%
Total	14.718	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais origens das importações



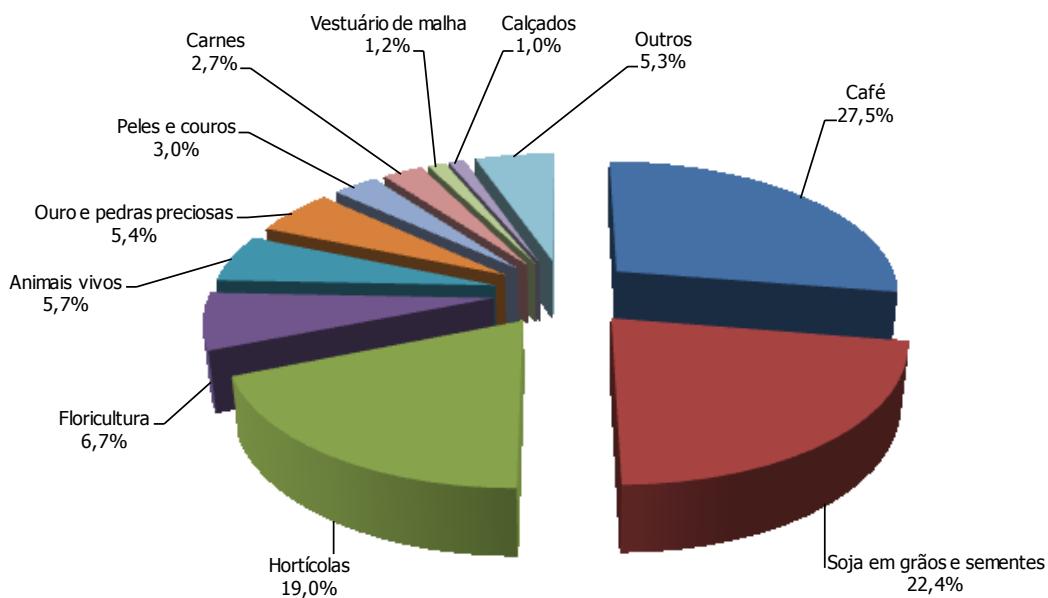
Composição das exportações da Etiópia

US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Café	820	27,5%
Soja em grãos e sementes	667	22,4%
Hortícolas	566	19,0%
Floricultura	199	6,7%
Animais vivos	169	5,7%
Ouro e pedras preciosas	162	5,4%
Peles e couros	90	3,0%
Carnes	81	2,7%
Vestuário de malha	35	1,2%
Calçados	31	1,0%
Subtotal	2.820	94,7%
Outros	158	5,3%
Total	2.978	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais grupos de produtos exportados



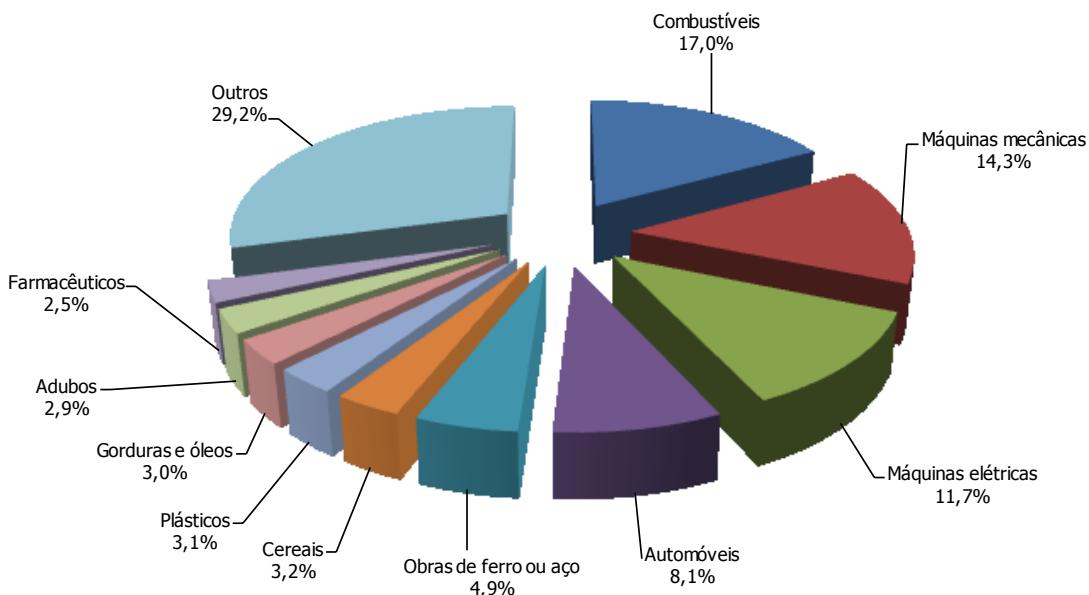
Composição das importações da Etiópia

US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	2.497	17,0%
Máquinas mecânicas	2.109	14,3%
Máquinas elétricas	1.728	11,7%
Automóveis	1.190	8,1%
Obras de ferro ou aço	727	4,9%
Cereais	474	3,2%
Plásticos	453	3,1%
Gorduras e óleos	438	3,0%
Adubos	425	2,9%
Farmacêuticos	373	2,5%
Subtotal	10.414	70,8%
Outros	4.304	29,2%
Total	14.718	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

10 principais grupos de produtos importados

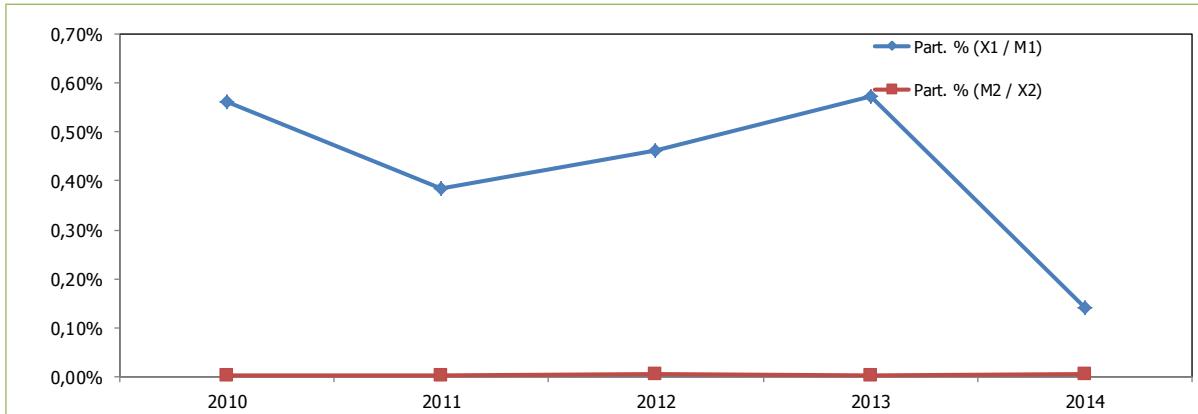


Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Etiópia US\$ mil, fob											
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial				Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil		
2005	35.372	54,8%	0,03%	140	-61,9%	0,00%	35.512	53,0%	0,02%	35.232	
2006	54.554	54,2%	0,04%	43	-69,5%	0,00%	54.597	53,7%	0,02%	54.512	
2007	37.409	-31,4%	0,02%	37	-14,3%	0,00%	37.446	-31,4%	0,01%	37.373	
2008	32.913	-12,0%	0,02%	31	-16,4%	0,00%	32.943	-12,0%	0,01%	32.882	
2009	47.884	45,5%	0,03%	38	24,9%	0,00%	47.922	45,5%	0,02%	47.846	
2010	48.421	1,1%	0,02%	37	-2,5%	0,00%	48.458	1,1%	0,00%	48.384	
2011	34.235	-29,3%	0,01%	55	46,9%	0,02%	34.289	-29,2%	0,01%	34.180	
2012	55.184	61,2%	0,02%	166	204,7%	0,00%	55.350	61,4%	0,01%	55.018	
2013	62.750	13,7%	0,03%	64	-61,3%	0,00%	62.814	13,5%	0,01%	62.685	
2014	20.643	-67,1%	0,01%	143	122,9%	0,00%	20.787	-66,9%	0,00%	20.500	
2015 (jan-mar)	9.360	0,7%	0,02%	35	18,9%	0,00%	9.395	0,8%	0,01%	9.324	
Var. % 2005-2014	-41,6%		---	n.a.		---	-41,5%		---	n.c.	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Etiópia (X1)	48.421	34.235	55.184	62.750	20.643	-57,4%
Importações totais da Etiópia (M1)	8.601.769	8.896.288	11.912.932	10.955.385	14.718.276	71,1%
Part. % (X1 / M1)	0,56%	0,38%	0,46%	0,57%	0,14%	-75,1%
Importações do Brasil originárias da Etiópia (M2)	37	55	166	64	143	286,0%
Exportações totais da Etiópia (X2)	2.329.793	2.614.892	2.891.347	2.591.042	2.977.916	27,8%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	202,0%

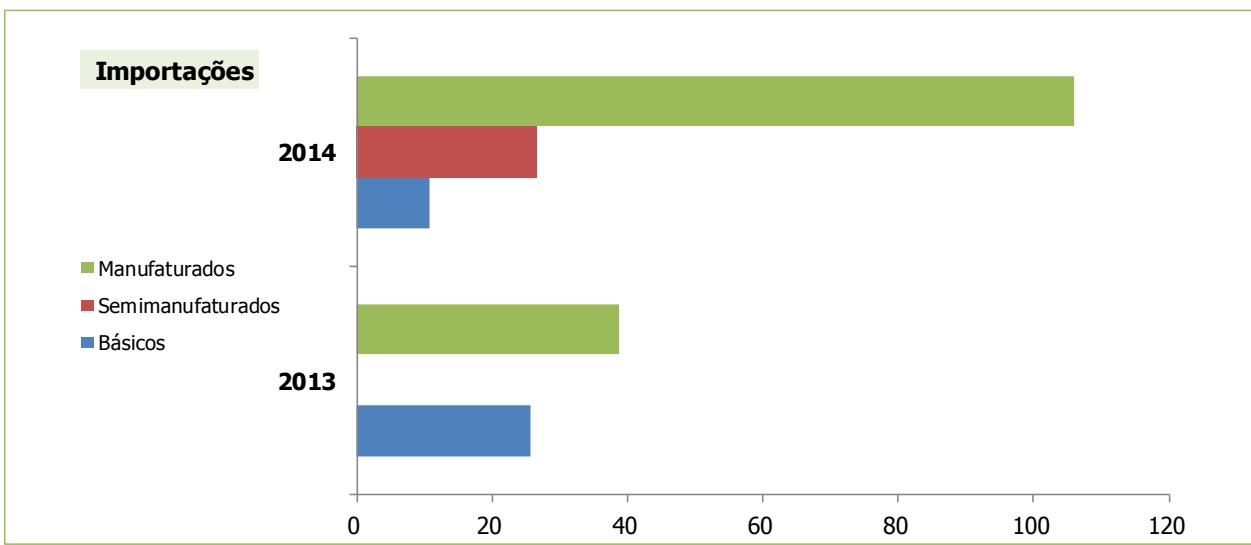
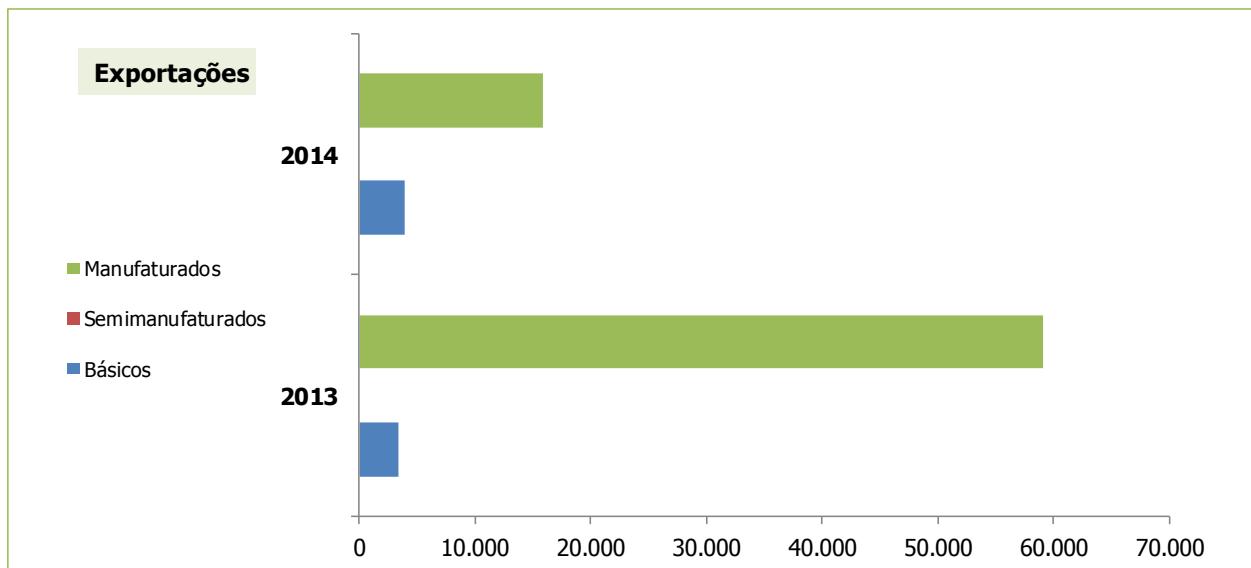
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.
(n.a.) Critério não aplicável.



Exportações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



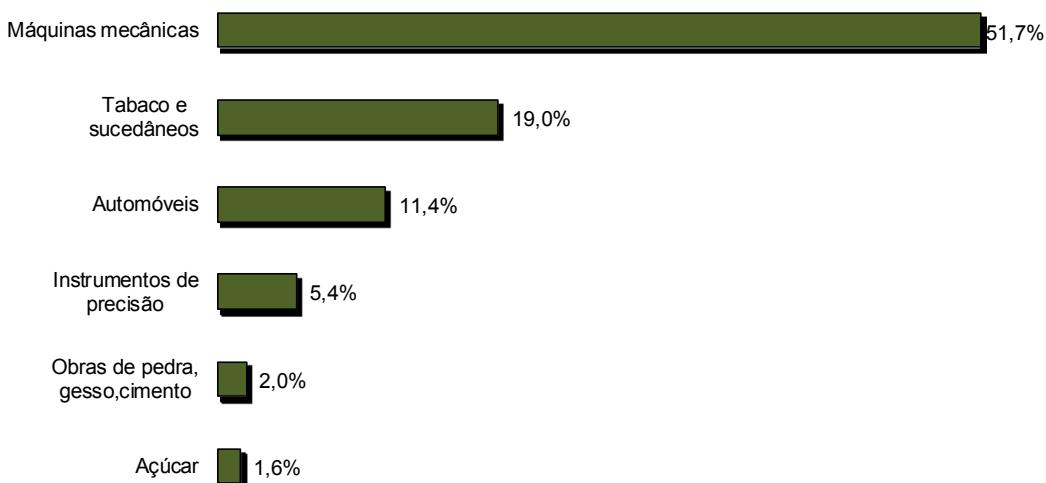
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Etiópia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	41.731	75,6%	50.792	80,9%	10.663	51,7%
Tabaco e sucedâneos	5.291	9,6%	3.440	5,5%	3.925	19,0%
Automóveis	3.424	6,2%	3.812	6,1%	2.345	11,4%
Instrumentos de precisão	6	0,0%	1.893	3,0%	1.110	5,4%
Obras de pedra, gesso,cimento	196	0,4%	472	0,8%	405	2,0%
Açúcar	2.696	4,9%	101	0,2%	327	1,6%
Subtotal	53.344	96,7%	60.510	96,4%	18.775	90,9%
Outros produtos	1.840	3,3%	2.240	3,6%	1.868	9,1%
Total	55.184	100,0%	62.750	100,0%	20.643	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRÍÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Instrumentos de precisão	777	8,4%	8.659	92,5%	Instrumentos de precisão 8.659
Máquinas mecânicas	7.595	81,7%	286	3,1%	Máquinas mecânicas 286
Borracha	72	0,8%	83	0,9%	Borracha 83
Açúcar	101	1,1%	72	0,8%	Açúcar 72
Ferramentas	0	0,0%	22	0,2%	Ferramentas 22
Subtotal	8.545	91,9%	9.122	97,5%	
Outros produtos	750	8,1%	238	2,5%	
Total	9.295	100,0%	9.360	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações	2014	Part. %	2015	Part. %
Gomas e resinas	0,0	0,0%	26,0	74,0%
Vestuário exceto de malha	0,0	0,0%	9,0	25,6%
Subtotal	0,0	0,0%	35,0	99,7%
Outros produtos	29,5	100,0%	0,1	0,3%
Total	29,5	100,0%	35,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

DJIBUTI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE O DJIBUTI	
NOME OFICIAL:	República do Djibuti
CAPITAL:	Cidade de Djibuti
ÁREA:	23.200 km ²
POPULAÇÃO:	939000 (est. 2014)
IDIOMAS OFICIAIS:	Francês e árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (94%) e cristianismo (6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencial misto
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, composto por 65 membros eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ismail Omar Guelleh (desde 8 de maio de 1999)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Abdoukader Kamil Mohamed (desde 1º de abril de 2013)
CHANCELER:	Mahamoud Ali Youssouf (desde 22 de maio de 2005)
PIB NOMINAL	US\$ 1,58 bilhão (2014, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 2,86 bilhões (2014, FMI)
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.684,0 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 3.043,0 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	6,0% (2014) 5,0 % (2013); 4,84% (2012);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,445 – 164º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	58,3 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	67,9% (CIA)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	48% (FMI, 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco djibutiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ayeid Mousseid Yahya (desde 03 de maio de 2010 - Residente em Havana)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro.

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2009.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-DJIBUTI (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→ Djibuti	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	7,55	10,29	7,26	25,93	55,03	14,41	45,14	7,96	20,70
Exportações	7,55	10,29	7,26	25,93	55,03	14,41	45,14	7,96	20,70
Importações	0,001	---	---	---	---	---	---	---	---
Saldo	7,55	10,29	7,26	25,93	55,03	14,41	45,14	7,96	20,70

Informação elaborada em 20 de abril de 2015, pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISMAIL OMAR GUELLEH

Presidente da República



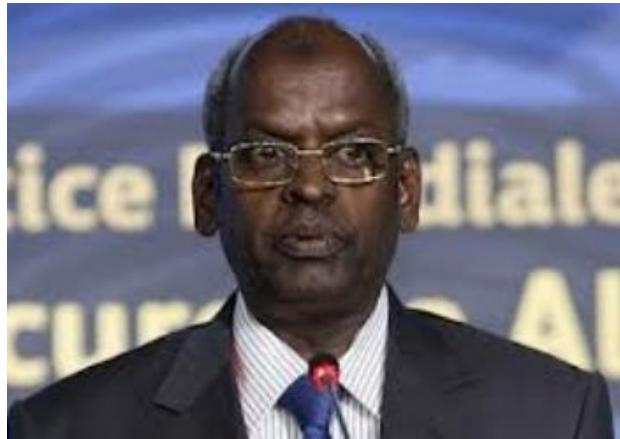
Ismail Omar Guelleh nasceu em 1947, em Dire Daua, na Etiópia. Na década de 1960, migrou para o Djibuti. Iniciou sua carreira profissional como servidor público da administração colonial francesa.

Em 1974, começou a militar na Liga Popular Africana, que buscava a independência do Djibuti. Trabalhou no jornal pró-independência Djibouti Today. Em 1976, participou como delegado de seu país nas negociações ocorridas em Paris sobre a independência do Djibuti.

Em 1977, após a independência, foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente da República, seu tio, Hassan Aptidon. Tornou-se membro do Bureau Político do Djibuti, em 1987. Em 1996, ocupou a Terceira Vice-Presidência do Bureau Político.

Foi eleito Presidente do país, em 1999, e reeleito, em 2005, sob boicote da oposição. Reelegeu-se novamente, em 2011, após emenda à Carta Constitucional que possibilitou o terceiro mandato.

ABDOULKADER KAMIL MOHAMED
Primeiro-Ministro



Abdoulkader Kamil Mohamed, de etnia afar, nasceu em Souali, no norte do Djibuti, em 1951. Muçulmano sunita, é membro-histórico do partido "Rassemblement Populaire pour le Progrès" (RPP), que domina o cenário político do Djibuti, desde a independência em 1977.

É formado em Ciências Técnicas, com especialização em gerenciamento hídrico, pela Universidade de Limoges, na França. De 1978 a 2005, exerceu o cargo de Diretor-Geral da Autoridade de Águas do Djibuti. Foi Ministro da Agricultura, Pastoralismo e Recursos Hídricos de 2005 a 20011, Ministro da Defesa de 2011 a 2013, e Presidente da coalizão pró-Governo "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP) desde 2012.

Foi nomeado Primeiro-Ministro em março de 2013, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que permaneceu no cargo por 12 anos (2001-2013).

MAHAMOUD ALI YOUSSEOUF
Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional



Mahamoud Ali Youssouf nasceu em 1965, na Cidade de Djibuti. Em 1990, diplomou-se em Línguas Estrangeiras Aplicadas, pela Universidade de Lyon. Em 1988, fez curso de Gestão de Empresas pela Universidade de Liverpool.

Em 1992, começou sua carreira pública no Ministério dos Negócios Estrangeiros. No ano seguinte, assumiu a chefia da Divisão de Organismos Internacionais.

Em 1996, assumiu o Departamento do Mundo Árabe. Em 1997, foi nomeado Embaixador no Egito, cumulativo com Sudão, Turquia, Líbano, Síria e Líbia. Em 2001, assumiu o cargo de Ministro Delegado responsável pela Cooperação Internacional. Desde 2005, está no comando da pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

Em maio de 2005, o Presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, esteve no Brasil para participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), ocasião em que manteve encontro bilateral com o Presidente Lula. Em maio de 2010, o Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, apresentou ao Presidente Lula suas credenciais de Embaixador não-residente do Djibuti no Brasil. Durante sua permanência em Brasília, o Embaixador Yahya manteve encontros com interlocutores no Itamaraty, a quem expressou desejo do Djibuti de abrir Embaixada residente em Brasília, com a condição de que o Brasil instalasse antes missão residente no Djibuti.

Em junho de 2010, foi transferida a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Djibuti de Nairóbi para Adis Abeba. A medida contribuiu para facilitar os contatos bilaterais, dada a maior proximidade e conectividade aérea entre o Djibuti e a Etiópia.

Em agosto de 2011, o Djibuti foi incluído entre os países beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo brasileiro. Naquele ano, o Djibuti declarou, ademais, apoio à candidatura do Professor Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

As tratativas de cooperação técnica com o Djibuti iniciaram-se durante visita do Embaixador não residente daquele país para o Brasil, Ayeid Mousseid Yahya, à Agência Brasileira de Cooperação, em 11 de maio de 2010. Nessa ocasião, o Embaixador manifestou o interesse do Governo de seu país em receber cooperação brasileira nas áreas de gestão de águas e combate à desertificação e na área de saúde, para fortalecer os quadros docentes da primeira universidade de medicina do país, fundada em 2010.

Em outubro de 2011, a Embaixada do Brasil em Nairóbi recebeu Nota da Chancelaria djibutiana, pela qual informa as principais áreas de interesse para cooperação com o Brasil (inclusive aquelas já sugeridas pelo Embaixador não-residente do Djibuti), a saber: saúde; agricultura; água; irrigação nas áreas rurais ("rural hydraulics"); educação; solidariedade nacional ("national solidarity"); eletricidade nas áreas rurais; pesquisa científica para

capacitação e parceria com o Djibuti Research Centre, CERD; desenvolvimento social, em parceria com a Djibuti Agency for Social Development ADDS.

Em 14 de janeiro de 2012, o acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti foi assinado pela Embaixadora do Brasil em Adis Abeba, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibuti, Mahmud ali Youssouf, por ocasião da apresentação das cartas credenciais da Embaixadora brasileira no país. O acordo ainda se encontra em tramitação no Executivo para envio ao Congresso Nacional. É importante destacar que este é o primeiro acordo assinado bilateralmente entre os dois países, instrumento jurídico necessário à implementação de projetos de cooperação técnica bilaterais.

No âmbito da cooperação em infraestrutura, há espaço para participação de empresas privadas brasileiras na construção e modernização de portos no Djibuti. País de localização estratégica para o comércio entre Chifre da África, Mediterrâneo e Índico, o Djibuti pretende tornar-se o maior entreposto de mercadorias da África e contar com quatro portos: i) Djibuti; ii) Tadjoura; iii) Doraleh; e iv) Goubet. Enquanto os três primeiros passaram por modernização e expansão, o quarto encontra-se em processo de construção. Até 2007, a Odebrecht participou da construção das instalações portuárias da Cidade do Djibuti. A construtora também atuou na construção do porto de Doraleh. Em dezembro de 2011, a construtora Andrade Gutierrez realizou missão de reconhecimento das oportunidades de investimento nos países do Chifre da África, identificando potencial de investimento em obras portuárias no país.

Em junho de 2012, o então PM Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil por ocasião de sua participação na Rio+20. Na ocasião, o Governo do país teria manifestado interesse na aquisição de aeronaves EMBRAER.

Em maio de 2013, estiveram no Brasil o Embaixador Rachad Farah, Delegado Permanente de Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do senhor Ayeid Mousseid Yahya, Embaixador do Djibuti em Havana e, cumulativamente, junto ao Brasil. A visita teve por objetivo principal obter o apoio do Brasil à candidatura do Embaixador Rached Farah à Direção-Geral da UNESCO. Na ocasião, no entanto, o Brasil já havia manifestado apoio à candidatura à reeleição da búlgara Irina Bokova, formalizado ainda em 2012.

Assuntos Consulares

Os assuntos consulares do Brasil no Djibuti são tratados pela Embaixada em Adis Abeba (cumulativa) e não há registro de casos de assistência consular no país. Não há informações tampouco sobre a presença de comunidade brasileira no Djibuti.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos ao Djibuti.

POLÍTICA INTERNA

Antigo Território Francês dos Afars e dos Issas, o Djibuti tornou-se independente da França em 1977, por meio de referendo popular. Em 1981, Hassan Gouled Aptidon foi eleito o primeiro Presidente do país. No mesmo ano, o unipartidarismo foi instaurado no país, consolidando o monopólio do partido do Presidente, o “Rassemblement Populaire pour Le Progrès” (RPP). Atualmente, após a liberação da criação de novos partidos, o RPP faz parte da coalizão governamental "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP), que domina o cenário político djibutiano. Aptidon seria reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993.

No começo da década de 1990, o movimento “Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia” (FRUD), de composição étnica afar, entrou em confronto armado contra as forças governamentais, dominadas pela etnia issa, deflagrando uma guerra civil. Pressionado e temendo trágicas consequências, o Governo de Gouled Aptidon optou por abrandar o regime, fazendo algumas concessões à FRUD. Uma nova constituição é aprovada por referendo em 1992, permitindo a coexistência de quatro partidos políticos por um período de dez anos.

Em 1994, a FRUD e o RPP assinam um acordo de paz, pondo fim ao conflito armado. O acordo de partilha de poder entre issas e afars estipulou que, sendo o Presidente eleito pertencente a uma das etnias, o Primeiro-Ministro deveria obrigatoriamente provir da outra.

Em 1999, com a renúncia de Aptidon, foi eleito Presidente Ismail

Omar Guelleh, sobrinho e ex-chefe de gabinete do seu antecessor. Durante seu Governo, aprofundou-se a conciliação entre as facções dissidentes do país. Em 2005 e 2011, Ismail Guelleh é reeleito Presidente, após concorrer sozinho à eleição graças ao boicote perpetrado pelos candidatos de oposição.

Em fevereiro de 2013, após quase uma década de boicote, a oposição participou das eleições legislativas no país. Na ocasião, a UMP obteve cinquenta e cinco assentos, enquanto a coalizão da oposição "União pela Salvação Nacional" (USN) obteve dez. O retorno da oposição foi possível em razão de mudanças no sistema político do país, após a aprovação, em novembro de 2012, de novo modelo eleitoral. Até então, o sistema eleitoral possibilitava que o partido mais votado recebesse a totalidade das vagas em disputa. Em março de 2013, o Presidente Omar Guelleh nomeou Abdoulkader Kamil Mohamed como novo Primeiro-Ministro, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que permaneceu no cargo por mais de uma década (2001-2013).

A USN, contudo, acusou o Governo de fraudar as eleições e instou seus apoiadores a manifestarem-se, o que gerou confrontos com a polícia na capital e na cidade de Balbala. Os deputados da oposição vêm boicotando as sessões do parlamento desde as eleições de 2013. Em setembro de 2014, o Chanceler do Djibuti, encarregado pelo Presidente Guelleh de conduzir negociações com a oposição antecipou que estaria próxima a obtenção de acordo que permitiria o retorno dos deputados ao parlamento. Em dezembro de 2014, após dezoito meses de negociações, o governo djibutiano e a USN assinaram um acordo-quadro que poria fim ao boicote parlamentar da oposição e possibilitaria o dialogo político em torno de reformas do sistema eleitoral do país. Em 23 de fevereiro de 2015, passados três meses da assinatura do acordo-quadro, oito deputados da oposição foram reintegrados às sessões parlamentares. Entre os principais pontos do acordo-quadro alcançado, figuram: a interrupção de qualquer ato que possa conduzir a situações de tensão entre o governo e os militantes de oposição; o compromisso de ambas as partes em observar a ordem constitucional, as leis e as liberdades fundamentais; e a adoção de reformas democráticas e institucionais imediatas. Contudo, até o momento, as mudanças políticas mais profundas propostas no documento não foram realizadas. Analistas sugerem que, ainda que implementado em sua totalidade, o acordo-quadro terá pouco efeito sobre a hegemonia política que o partido governista exerce no parlamento.

Poder Legislativo

O Parlamento djibutiano é unicameral, consistindo de uma única Assembleia Nacional, (Assemblée Nationale). A mesma é composta por um total de 65 deputados, eleitos diretamente, servindo mandatos de cinco anos de duração. Do total de deputados, 52 deles são eleitos diretamente, por maioria simples dos votos e treze são eleitos diretamente por votos de representação proporcional.

POLÍTICA EXTERNA

Sua localização estratégica, o perfil político moderado de seu regime em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como o papel de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de pacificação da Somália conferem ao Djibuti o status de parceiro confiável do Ocidente na região.

No cerne da política externa djibutiana estão laços especiais com a **França**, que se destaca como importante investidor externo, prestador de assistência e cooperação e parceiro comercial. A ex-metrópole também é garante da integridade territorial do país africano e ali mantém base naval com efetivo de quase três mil homens, que serve como ponto estratégico entre o território francês e seus entrepostos no Oceano Índico.

No entanto, as relações entre os dois países chegaram a ser abaladas pelos desdobramentos da morte do juiz francês Bernard Borrel em 1995, na capital Djibuti. Em março de 2008, a justiça francesa alegou que o magistrado teria sido vítima de homicídio, condenando dois altos oficiais do Djibuti à prisão. O episódio despertou ressentimentos contra a França no Djibuti, provocando, entre outros incidentes, a expulsão de jornalistas franceses do país. No início de 2015, as relações com a França foram novamente estremecidas quando o presidente Guelleh criticou, em entrevista, a tímida presença econômica e política da França no Djibuti, afirmando que a mesma realizava poucos investimentos e não promovia nenhuma visita ministerial ao país em muitos anos. Pontualmente, Guelleh ressaltou que o Ministro da Defesa francês Jean-Yves Le Drian havia prometido realizar uma visita ao Djibuti, a qual não se concretizou. Após essa declaração, Le Drian afirmou que visitaria o país no mês de abril de 2015, caso houvesse disposição do

presidente Guelleh em recebê-lo.

Na esteira dos ataques de 11 de setembro, o Djibuti foi escolhido pelos EUA como parceiro especial em sua “guerra contra o terror”, instalando uma base militar no país africano. Vale mencionar que o Djibuti é o país da África subsaariana que mais recebe ajuda financeira dos EUA em termos per capita. A localização do Djibuti também o eleva à condição de parceiro inescapável para lidar com temas de segurança no Mar Vermelho e no Chifre da África. O país também acolheu bases navais da Alemanha e do Japão (a única base japonesa fora do Japão), as quais visam a reprimir a pirataria no Oceano Índico.

A **China**, maior parceira comercial do Djibuti, vem-se constituindo também como importante financiador de projetos de infraestrutura no país. Em janeiro de 2013, o Governo de Djibuti concluiu negociações para a venda, por US\$ 185 milhões, de 23,5% do Porto de Djibuti a companhia estatal chinesa. Em setembro de 2013, foi anunciada a construção de dois novos portos, no valor de US\$ 470 milhões, a serem financiados pelo país asiático. Tem sido crescente, ademais, a presença de investimentos de países do Golfo (Kuwait e Arábia Saudita) tanto na construção de infraestrutura portuária, quanto em refinarias de petróleo no país.

Os investimentos externos em infraestrutura têm sido apontados como o principal motor para o elevado crescimento econômico apresentado pelo país nos últimos anos.

Em seu entorno regional, são estreitos os laços que ligam o Djibuti à vizinha **Etiópia**. Em razão de seu conflito com a **Eritreia**, a Etiópia tem utilizado o Djibuti como sua principal via de acesso ao mar. Nos últimos anos, a economia do Djibuti tem-se beneficiado largamente das receitas auferidas da utilização de seus portos.

O Djibuti chegou a cortar relações com a Eritreia em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com o fim do conflito entre a Eritreia e a Etiópia. Entre 2004 e 2006, o relacionamento entre o Djibuti e a Eritreia ganhou substância, com a assinatura de acordos políticos, econômicos e militares, mas voltou a sofrer forte revés em abril de 2008, quando o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado o seu território. O incidente provocou intensa movimentação militar na fronteira, apesar de tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar. Em junho de 2008, ocorreram fortes choques na região fronteiriça de Ras Doumeira.

Em janeiro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1862, com o fim de solucionar o conflito entre o Djibuti e a Eritréia. Com a persistência da instabilidade na região, o CSNU viu-se impelido a adotar, em dezembro de 2009, a Resolução 1907, que impôs sanções à Eritréia pelo seu envolvimento na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti, previstas pela Resolução 1862.

Em junho de 2010, graças a esforços de mediação do Catar, foi assinado novo acordo entre Djibuti e Eritreia para a resolução do conflito fronteiriço. Dentre as principais previsões do acordo, constam a verificação pelas tropas cataris da retirada das forças eritreias da região, o monitoramento da fronteira pelo Catar e o compromisso de solução, também sob supervisão do Catar, dos aspectos relativos a desaparecidos e prisioneiros de guerra.

No plano regional, o Djibuti tem atuado com empenho no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (**IGAD**). Organismo fundado em 1986, com sede na capital djibutiana, a IGAD foi idealizada pelo ex-Presidente Hassan Aptidon e teve, em sua origem, por objetivo precípua coordenar políticas e estratégias de combate à seca. Posteriormente, a IGAD passou a voltar sua atenção para a solução de conflitos regionais, como nos casos da Somália, do Sudão e do Sudão do Sul. O Djibuti é o 4º maior contribuinte de tropas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM), com um contingente de cerca de 960 soldados no país vizinho.

Embora apenas uma pequena parcela de sua população seja de origem árabe – a maioria proveniente do **Iêmen** –, o Djibuti se tem proclamado um “Estado árabe” em suas relações com o exterior, adotando postura ativa em organismos como a Liga Árabe e em outras instituições internacionais ligadas ao Islã, o que lhe rende dividendos em termos de investimentos. O porto e o aeroporto do país são geridos por investidores baseados em Dubai, que também têm construído no Djibuti vários hotéis de padrão internacional, além da nova zona portuária de Doraleh. O país também vem trabalhando em conjunto com o Governo do Iêmen com o objetivo de construir uma ponte que conecte os dois territórios através do Mar Vermelho.

Em relação à crescente instabilidade no Iêmen em 2015, o Djibouti tem recebido centenas de cidadãos de diferentes nacionalidades buscando escapar da zona de conflito iemenita. Frente a tal cenário, o presidente Guelleh formou um comitê de crise para lidar com a repatriação de seus cidadãos e com a entrada de estrangeiros que fogem do conflito civil iemenita. Segundo o

Ministro dos Negócios Estrangeiros Mahmoud Ali Youssouf, o Djibouti possui pequena capacidade para lidar com a situação de refugiados no país e terá de recorrer à ajuda internacional. O chanceler não descarta, ademais, a possibilidade de alguma ação dos rebeldes no estreito de Bab el-Mandeb contra navios comerciais ou militares estrangeiros, o que poderá fazer o conflito na região escalar.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Um dos menores países da África em termos populacionais (cerca de 800 mil habitantes), o Djibuti, por sua localização estratégica, tem recebido importantes investimentos externos na área de infraestrutura, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos.

Não obstante, o Djibuti ainda se defronta com o desafio de promover a diversificação de sua economia. O setor de serviços responde por cerca de 75% do PIB, em virtude do peso das atividades portuárias, as quais não distribuem seus benefícios para o conjunto da população. A ausência de base industrial e agrícola adequadas resulta, por outro lado, em elevada vulnerabilidade do país a choques externos. Em que pese seu déficit de governança democrática, o Djibuti pode ser, contudo, considerado foco de estabilidade em meio a entorno regional tradicionalmente conturbado (Somália, Eritreia, Iêmen).

Nos últimos anos, a economia do Djibuti tem crescido de forma significativa. Entre os anos de 2007 e 2014, as porcentagens de crescimento do PIB do país se mantiveram entre 3,5% e 6%, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional.

No mesmo período, ocorreram diversas elevações e quedas no valor da inflação, ainda segundo dados do FMI. A elevação máxima da inflação ocorreu no ano de 2008, quando a mesma chegou a 9,2%. O dado disponível mais recente, de 2012, revela uma queda expressiva da inflação, que registrou o índice de apenas 1% no ano em questão.

O Djibuti apresenta marcado déficit estrutural em sua balança comercial. No que tange às importações e exportações, o Djibuti registrou no ano de 2010 exportações no valor de U\$ 98 milhões e importações no valor de U\$ 1,95 bilhão. No ano de 2011, o valor das exportações foi da ordem de U\$ 117 milhões, enquanto o das importações foi de U\$ 2,45 bilhões. Em 2012, foi

registrado o valor de U\$ 84 milhões para as exportações e de U\$ 2,92 bilhões para as importações. Já no ano de 2013 (último ano cujos dados de comércio exterior se encontram consolidados), o valor das exportações do país foi de U\$ 88 milhões, ao passo que o valor de importações foi de U\$ 2,98 bilhões.

Em relação aos principais produtos exportados, dados de 2013 (últimos dados disponíveis) apontam que animais vivos correspondem a 26,68% das exportações do Djibuti, enquanto madeira corresponde a 18,08%, café corresponde a 6,66% e combustíveis, a 4,95%. Para os produtos importados, também segundo dados de 2013, 10,1% do total de importações diz respeito a gorduras e óleos, enquanto máquinas mecânicas correspondem a 9,2% desse total, cereais correspondem a 9% e automóveis correspondem a 7,2%.

De acordo com os dados mais recentes disponíveis, do ano de 2013, os principais destinos das exportações do Djibuti são a Arábia Saudita (38,7% do total), o Egito (10,2%), o Iêmen (6%), a Índia (5,8%), os Estados Unidos (4,6%) e a França (4,3%). As principais origens das importações do país são a China (34,2% do total), a Índia (12,9%), a Indonésia (9,6%), a Arábia Saudita (6,6%), os Estados Unidos (5,7%) e a Malásia (3,1%).

Após a análise anual de janeiro de 2015 do FMI, feita conjuntamente com o governo do país, é possível apontar que os maiores desafios do Djibuti continuam a ser o combate à pobreza e ao desemprego, além da diversificação da economia, a fim de reduzir a grande dependência do país em relação ao seu setor portuário. Atualmente, 42% da população do Djibuti vive em situação de pobreza extrema e o índice de desemprego é de 48%. Na visão do FMI, seria necessário, ainda, fortalecer as políticas fiscais e monetárias do país. Tais reformas estruturais fortaleceriam a economia, impulsionariam a competitividade, contribuiriam para a redução da pobreza através de uma melhor infraestrutura, bem como maximizariam os benefícios trazidos pelos fortes investimentos externos que o país tem recebido.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral resume-se às exportações brasileiras. Açúcares e preparações alimentícias têm respondido por mais de 70% da pauta. Nos últimos anos, o intercâmbio comercial tem sido bastante errático, oscilando de US\$ 55 milhões, em 2010, para US\$ 7,9 milhões, em 2013 (último ano em relação ao qual há dados consolidados disponíveis sobre a composição da pauta

de exportações brasileiras ao país).

Há espaço para participação de empresas privadas brasileiras na construção e modernização de portos no Djibuti. Até 2007, a Odebrecht participou da construção das instalações portuárias da Cidade do Djibuti. Em dezembro de 2011, a construtora Andrade Gutierrez realizou missão de reconhecimento das oportunidades de investimento nos países do Chifre da África, identificando potencial de investimento em obras portuárias no país.

Também há potencial, em princípio, de cooperação com o Brasil na área energética. O país busca prospectar reservas de petróleo e gás em seu território e, por outro lado, investir em fontes alternativas de energia, em especial a energia geotérmica.

Em junho de 2012, o então PM Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil por ocasião de sua participação na Rio+20. Na ocasião, o Governo do país teria manifestado interesse na aquisição de aeronaves EMBRAER.

Anexos

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Colônia francesa da Somalilândia estabelecida na região.
1892	Djibuti se torna a capital da Somalilândia Francesa.
1946	O Djibuti se torna um território ultramarino dentro da União Francesa, tendo seus próprios legisladores e representantes no Parlamento francês.
1958	Djibuti vota a favor de tornar-se parte da Comunidade Francesa.
1967	Ocorre um referendo no país, no qual os Afares e os europeus votam a favor da manutenção do território como parte da Comunidade Francesa. A Somalilândia Francesa passa, então, a chamar-se Território Francês dos Afares e dos Issas.
1977	Um novo plebiscito torna o Território Francês dos Afares e dos Issas independente, sob o nome de Djibuti. Hassan Gouled Aptidon foi o primeiro presidente após a independência.
1981	O Djibuti torna-se um Estado unipartidário, sendo o único partido a União Popular pelo Progresso (RPP).
1992	É adotada uma constituição que permite um sistema de multipartidarismo limitado. Esse contexto desencadeia conflitos no norte do país entre tropas do governo e a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD) e deflagra uma guerra civil.
1994	O governo e a facção principal da FRUD assinam um acordo de partilha de poder que deveria por fim à guerra civil. A facção radical da FRUD, no entanto, mantém-se na luta armada.
1999	O presidente Aptidon anuncia que não concorrerá às eleições presidenciais. Ismail Omar Guelleh é eleito seu sucessor.
2000	O governo e a facção radical da FRUD assinam um acordo de paz que finalmente põe fim à guerra civil.
2005	O presidente Guelleh concorre novamente às eleições presidenciais como único candidato, sob boicote dos candidatos da oposição.
2008	Eclosão de conflitos entre tropas djibutianas e eritreias na região em disputa de Ras Doumeira.
2010/abr	O parlamento aprova emenda constitucional que permite que o presidente concorra a um terceiro mandato.
2010/jun	Eritreia e Djibuti entram em acordo sobre resolver pacificamente suas questões fronteiriças.

2011	Presidente Guelleh vence mais uma eleição sob boicote da oposição.
2013	Após sucessivos boicotes eleitorais, candidatos de oposição concorrem às eleições parlamentares, conquistando 10 dos 65 assentos. A oposição, no entanto, acusou o governo de fraude nas eleições e iniciou um boicote às sessões parlamentares.
2015/fev	Após a assinatura de um acordo-quadro em dezembro de 2014, 8 parlamentares da oposição são reintegrados às sessões.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas por meio de assinatura de comunicado conjunto pelos Representantes do Brasil e do Djibuti junto à ONU.
2005	Visita ao Brasil do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, para participar da I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA).
2010	A Embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia) substitui a Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) na função de representar cumulativamente o Brasil junto às autoridades djibutianas.
2011	Djibuti é incluído no rol de beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo Brasileiro.
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica na Chancelaria djibutiana, por ocasião da apresentação de credenciais da Embaixadora brasileira não residente.
2013	Visita ao Brasil do Embaixador Rached Farad, Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Farah à Direção Geral da UNESCO.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO DJIBUTI	14/02/2012		Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos do Djibuti

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	4,84%	5,00%	6,00%	6,50%	7,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,35	1,46	1,58	1,74	1,91
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.523	1.593	1.684	1.798	1.928
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,50	2,66	2,86	3,07	3,32
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.813	2.916	3.043	3.182	3.342
População (mil habitantes)	889	914	939	966	993
Inflação (%)	1,06%	2,55%	3,48%	1,16%	2,36%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-249	-346	-497	-607	-748
Câmbio (Dfr / US\$)	177,7	177,7	177,7	n.d.	n.d.

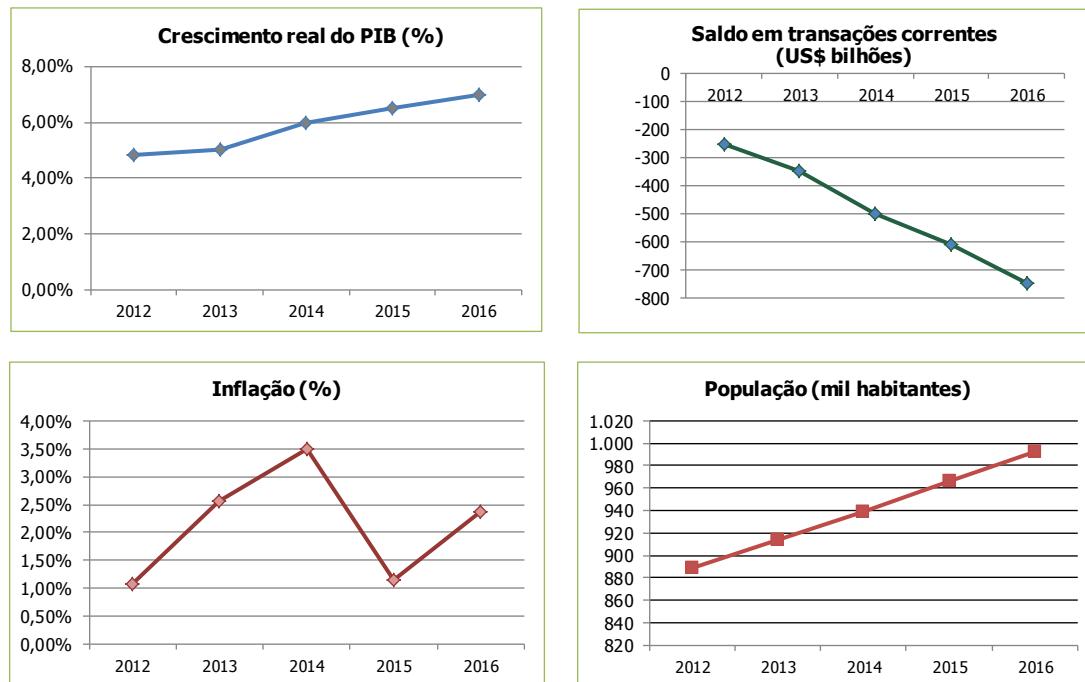
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	3,0%
Indústria	17,3%
Serviços	79,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.



Evolução do Comércio Exterior do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

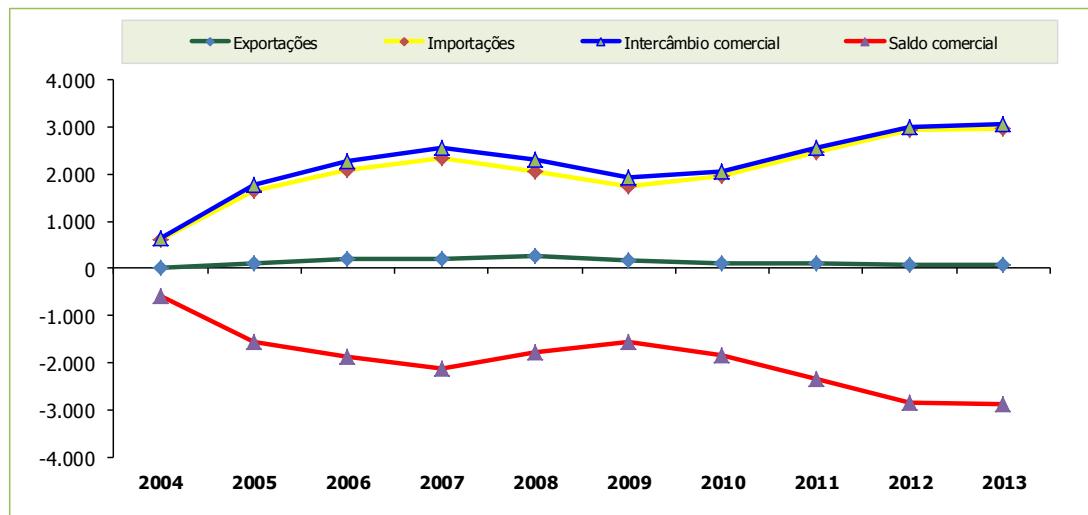
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	28	-59,2%	603	-29,1%	631	-31,4%	-576
2005	99	256,4%	1.659	175,0%	1.757	178,5%	-1.560
2006	208	111,2%	2.075	25,1%	2.283	29,9%	-1.867
2007	208	-0,2%	2.336	12,6%	2.544	11,4%	-2.128
2008	273	31,5%	2.046	-12,4%	2.319	-8,8%	-1.773
2009	183	-33,2%	1.747	-14,6%	1.929	-16,8%	-1.564
2010	98	254,0%	1.947	222,8%	2.045	224,2%	-1.849
2011	117	19,8%	2.451	25,8%	2.568	25,6%	-2.333
2012	84	-28,1%	2.923	19,3%	3.008	17,1%	-2.839
2013 ⁽²⁾	88	4,2%	2.977	1,8%	3.065	1,9%	-2.889
Var. % 2004-2013	218,0%	---	393,5%	---	385,8%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

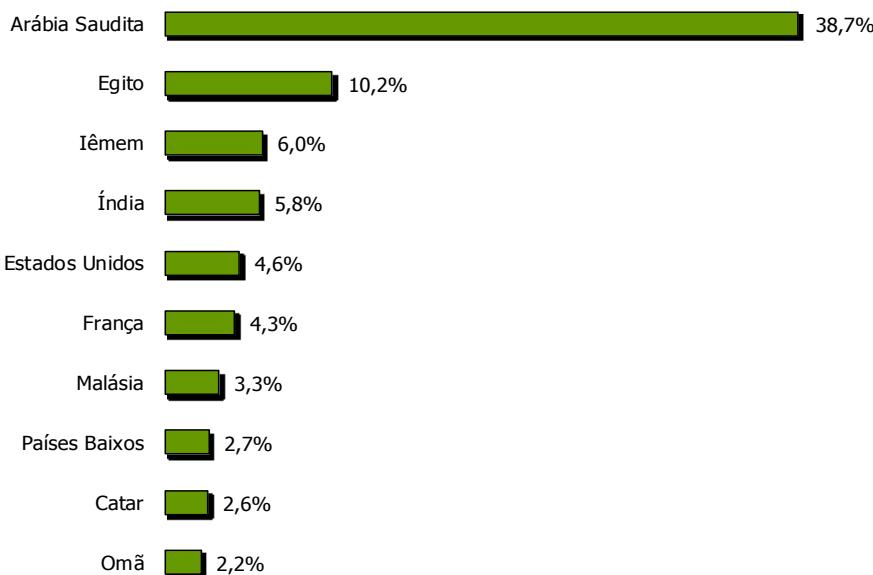
Descrição	2013 ⁽²⁾	Part.% no total
Arábia Saudita	34,05	38,7%
Egito	8,99	10,2%
Iêmem	5,24	6,0%
Índia	5,07	5,8%
Estados Unidos	4,02	4,6%
França	3,75	4,3%
Malásia	2,92	3,3%
Países Baixos	2,38	2,7%
Catar	2,31	2,6%
Omã	1,96	2,2%
...		
Brasil	0,00	0,0%
Subtotal	70,68	80,3%
Outros países	17,29	19,7%
Total	87,97	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

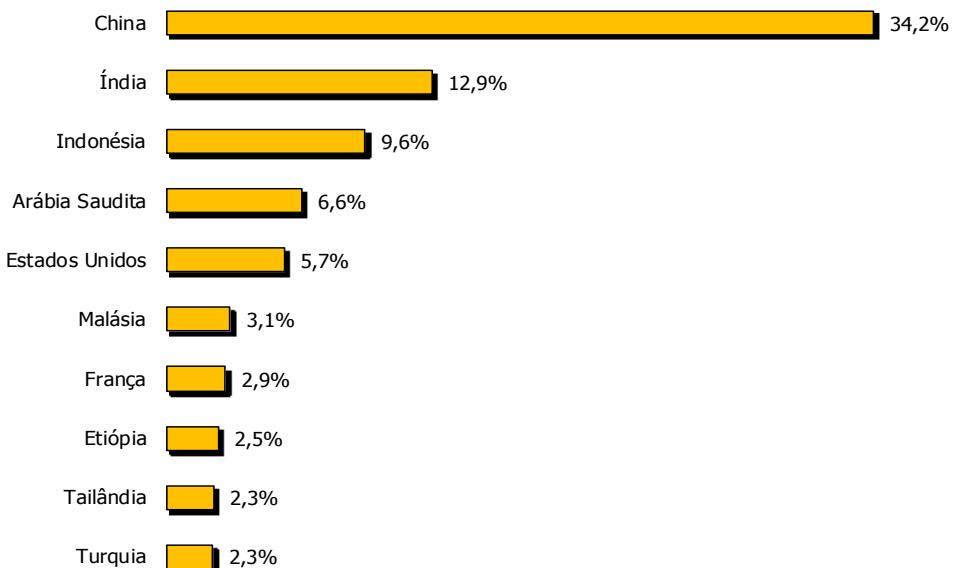
Descrição	2013 ⁽²⁾	Part.% no total
China	1.019	34,2%
Índia	383	12,9%
Indonésia	286	9,6%
Arábia Saudita	195	6,6%
Estados Unidos	170	5,7%
Malásia	92	3,1%
França	85	2,9%
Etiópia	75	2,5%
Tailândia	68	2,3%
Turquia	67	2,3%
...		
Brasil (28ª posição)	8	0,3%
Subtotal	2.448	82,2%
Outros países	529	17,8%
Total	2.977	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

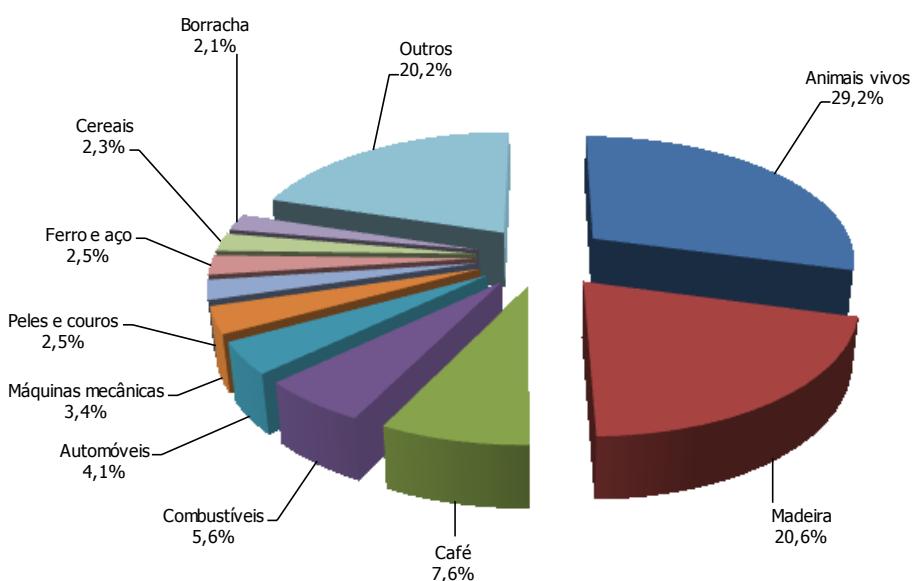
Descrição	2 0 1 3 ⁽²⁾	Part.% no total
Animais vivos	25,68	29,2%
Madeira	18,08	20,6%
Café	6,66	7,6%
Combustíveis	4,95	5,6%
Automóveis	3,57	4,1%
Máquinas mecânicas	3,01	3,4%
Peles e couros	2,19	2,5%
Ferro e aço	2,19	2,5%
Cereais	2,05	2,3%
Borracha	1,84	2,1%
Subtotal	70,22	79,8%
Outros	17,76	20,2%
Total	87,97	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

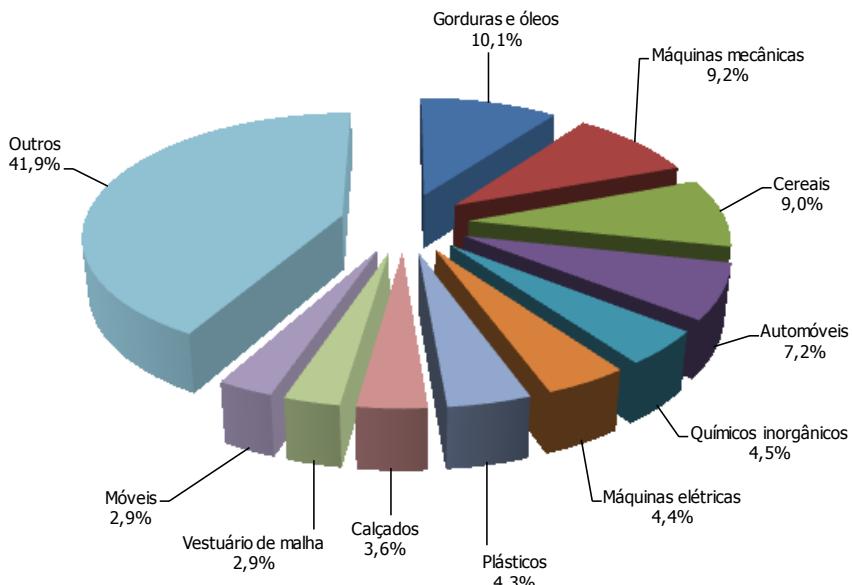
Descrição	2 0 1 3 ⁽²⁾	Part.% no total
Gorduras e óleos	302	10,1%
Máquinas mecânicas	275	9,2%
Cereais	267	9,0%
Automóveis	214	7,2%
Químicos inorgânicos	133	4,5%
Máquinas elétricas	130	4,4%
Plásticos	129	4,3%
Calçados	107	3,6%
Vestuário de malha	87	2,9%
Móveis	86	2,9%
Subtotal	1.730	58,1%
Outros	1.247	41,9%
Total	2.977	100,0%

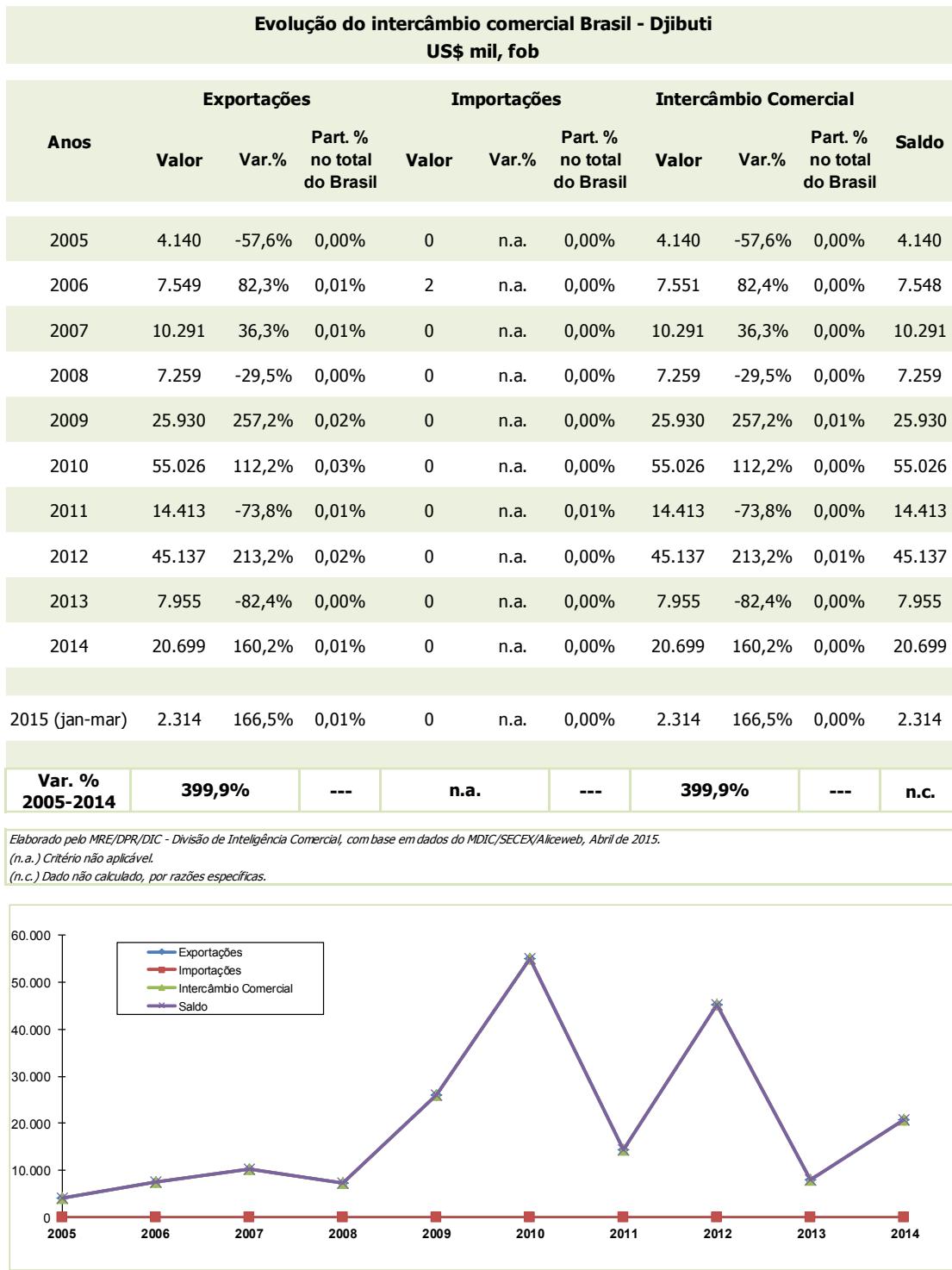
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

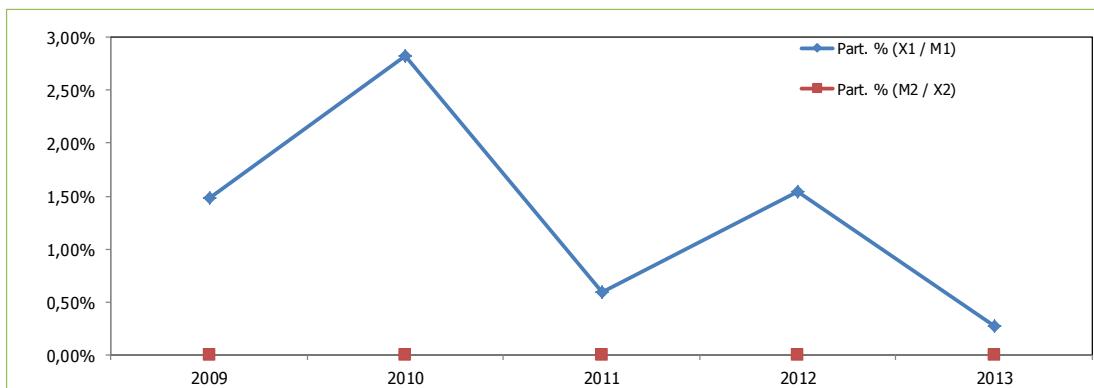
10 principais grupos de produtos importados

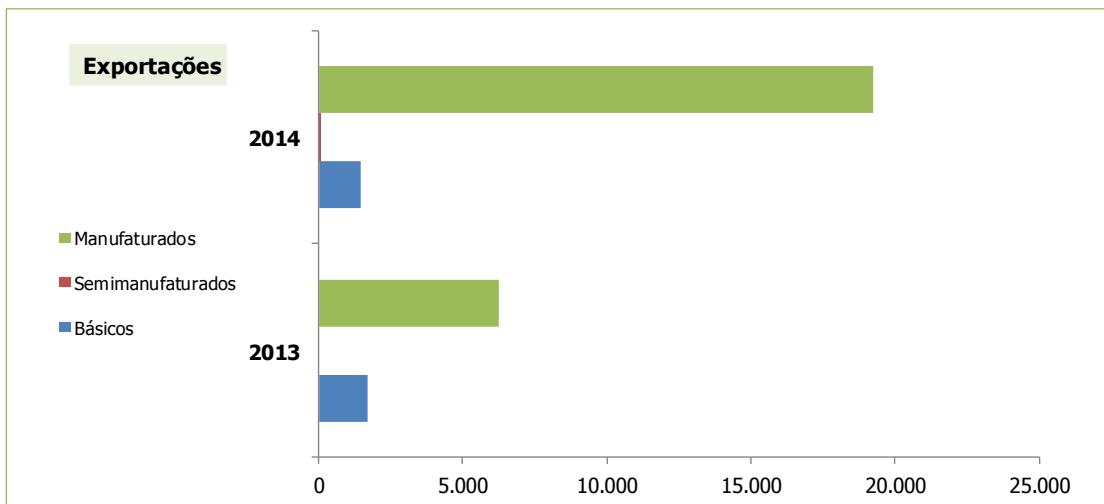




Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para o Djibuti (X1)	25.930	55.026	14.413	45.137	7.955	-69,3%
Importações totais do Djibuti (M1)	1.746.647	####	2.450.542	####	2.976.909	70,4%
Part. % (X1 / M1)	1,48%	2,83%	0,59%	1,54%	0,27%	-82,0%
Importações do Brasil originárias do Djibuti (M2)	0	0	0	0	0	n.a.
Exportações totais do Djibuti (X2)	182.648	97.948	117.339	84.398	87.974	-51,8%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	n.a.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.
(n.a.) Critério não aplicável.*



Exportações brasileiras por fator agregado**US\$ mil****Comparativo 2014 com 2013**

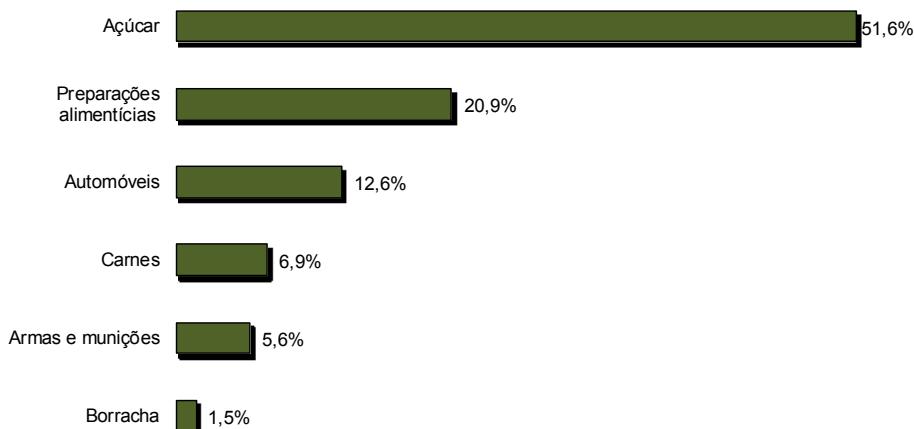
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Intelgência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para o Djibuti
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	12.314	27,3%	168	2,1%	10.678	51,6%
Preparações alimentícias	384	0,9%	4.984	62,6%	4.325	20,9%
Automóveis	1.570	3,5%	368	4,6%	2.600	12,6%
Carnes	1.105	2,4%	1.698	21,3%	1.436	6,9%
Armas e munições	0	0,0%	0	0,0%	1.167	5,6%
Borracha	349	0,8%	159	2,0%	318	1,5%
Subtotal	15.722	34,8%	7.377	92,7%	20.524	99,2%
Outros produtos	29.415	65,2%	578	7,3%	175	0,8%
Total	45.137	100,0%	7.955	100,0%	20.699	100,0%

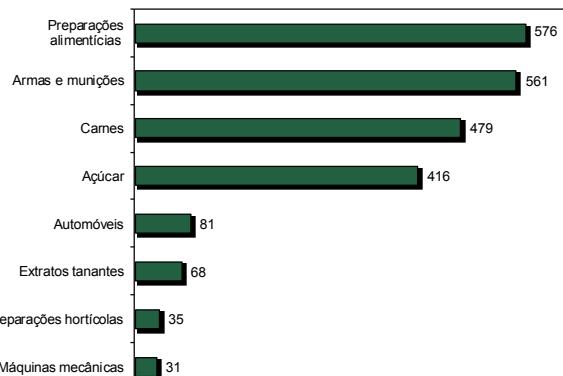
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

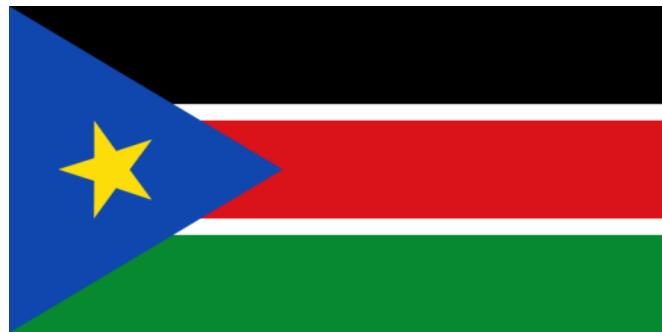
DESCRÍÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Preparações alimentícias	4.325	498,1%	576	24,9%	Preparações alimentícias
Armas e munições	1.167	134,4%	561	24,2%	Armas e munições
Carnes	1.436	165,4%	479	20,7%	Carnes
Açúcar	10.678	1229,8%	416	18,0%	Açúcar
Automóveis	2.600	299,4%	81	3,5%	Automóveis
Extratos tanantes	0	0,0%	68	2,9%	Extratos tanantes
Preparações hortícolas	7	0,8%	35	1,5%	Preparações hortícolas
Máquinas mecânicas	32	3,7%	31	1,3%	Máquinas mecânicas
Subtotal	20.245	2331,6%	2.247	97,1%	
Outros produtos	-19.377	#####	67	2,9%	
Total	868	100,0%	2.314	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O SUDÃO DO SUL	
NOME OFICIAL:	República do Sudão do Sul
CAPITAL:	Juba
ÁREA:	619.745 km ²
POPULAÇÃO:	11,4 milhões (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60,5%); Islamismo (6,2%); crenças autóctones e religiões sincréticas (32,9%); outras (0,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral; Assembleia Nacional Legislativa (<i>National Legislative Assembly</i>) e Conselho dos Estados (<i>Council of States</i>)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO:	Presidente Salva Kiir Mayardit (desde 9/7/ 2011)
CHANCELER:	Barnaba Marial Benjamin (desde 27/7/2013)
PIB NOMINAL	US\$ 12,8 bilhões (2014, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 25,9 bilhões (2014, FMI)
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.127,2 (2014, FMI)**
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 2.280,1 (2014, FMI)**
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	5,4% (2014); 24,4% (2013); -47,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	Não disponível
EXPECTATIVA DE VIDA:	55 anos (Banco Mundial, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	27% (CIA, 2009)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Libra sul-sudanesa
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros residentes no Sudão do Sul

**Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados.

Até o presente momento, ainda não há série histórica sobre o comércio Brasil-Sudão do Sul no sistema MDIC/Secex/AliceWeb. Há dados disponíveis para período posterior a 2013, embora nem sempre consolidados (ver página 33).

Informação elaborada em 23 de abril de 2015, pelo Secretário Artur Andrade da Silva Machado (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

SALVA KIIR MAYARDIT

Presidente



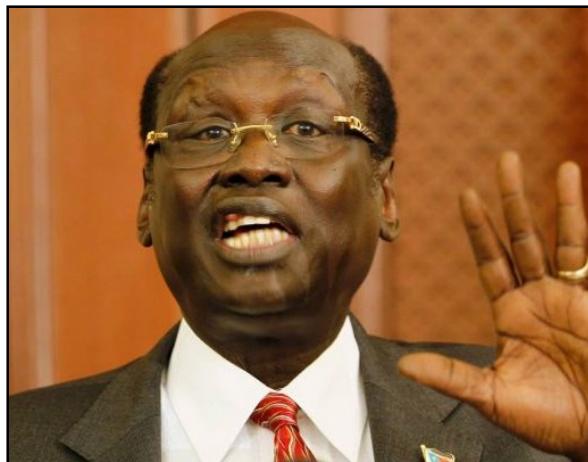
Salva Kiir Mayardit, de etnia dinka, nasceu em 1951, na região de Bahr el Ghazal, oeste do Sudão do Sul. Em fins da década de 1960, ingressou no grupo separatista sul-sudanês “Anyanya”, que lutaria contra as forças de Cartum durante a I Guerra Civil Sudanesa. Em 1983, junto com outros líderes sul-sudaneses, fundou o “Movimento de Libertação do Povo do Sudão” (SPLM), principal agrupamento de facções rebeldes a lutar pela secessão do sul do Sudão durante a II Guerra Civil Sudanesa.

Durante a década de 1990, Salva Kiir exerceu a função de Comandante do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do SPLM. Após a assinatura do “Acordo Abrangente de Paz” (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM, que pôs fim à guerra civil sudanesa, em janeiro de 2005, Salva Kiir assumiu o cargo de Vice-Presidente da região autônoma do Sul do Sudão. No entanto, apenas três semanas depois, com a morte do líder John Garang, coube a Salva Kiir ocupar o cargo de Presidente do Sul do Sudão e de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão, conforme os termos do AAP. Em 2010, Kiir foi reeleito para a Presidência do Sul do Sudão, com 93% dos votos, o que levou o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, a indicá-lo novamente ao posto de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão.

Com a secessão do Sudão do Sul, Salva Kiir assumiu, em 9 de julho de 2011, o cargo de Presidente do novo país.

Barnaba Marial Benjamin

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Estudou Ciências Pré-médicas na Universidade de Cartum (1965); concluiu graduação em Medicina e Cirurgia na Universidade do Cairo (1970); estudou Higiene e Medicina Tropical em Londres, na Escola de Medicina Tropical (1983). Na Universidade da África do Sul (UNISA), em Pretória, estudou Diplomacia e Relações Internacionais (2005).

Antes do Sudão do Sul tornar-se independente, Benjamin trabalhou como médico e administrador em vários hospitais do Sudão. Desde pelo menos 1983, está vinculado ao SPLA (Exército Popular de Libertação do Sudão) e ao SPLM (Movimento Popular de Libertação do Sudão), onde ocupou vários postos administrativos e diplomáticos.

Também foi Ministro da Informação e Radiodifusão (2010-2013); Ministro do Comércio e Indústria (2009-2010); Ministro da Cooperação Regional (2006-2009); Ministro de Estado da Cooperação Internacional (Governo de Unidade Nacional, 2005-2006).

Em julho de 2013, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

O Dr. Benjamin também é deputado na Assembleia Nacional Legislativa do Sudão do Sul.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com o Sudão do Sul, tendo-o reconhecido oficialmente já em 9 de julho 2011, no próprio dia da independência do então novo país. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Sudão do Sul foi assinado em Juba pelo Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representante brasileiro à cerimônia de independência do país, e pelo então Chanceler sul-sudanês Deng Alor.

O Brasil figura, ademais, entre os 21 países definidos pelo Governo do Sudão do Sul como prioritários para abrir uma das primeiras Embaixadas residentes do país no exterior. A abertura de Embaixada em Brasília chegou a ser anunciada por nota verbal ao Itamaraty em dezembro de 2011. Contudo, o recrudescimento das tensões entre Sudão e Sudão no período pós-independência do Sul e as fortes restrições orçamentárias enfrentadas por Juba em função da interrupção temporária da produção de petróleo do país, do início de 2012 até abril de 2013, impediram o país de efetivar um relacionamento mais atuante com relação ao Brasil, inclusive no que diz respeito à abertura de Embaixada sul-sudanesa residente em Brasília.

Apesar da retomada da produção de petróleo sul-sudanesa a partir de abril de 2013, bem como do processo de distensão observado nas relações Juba-Cartum, a partir da implementação paulatina dos acordos alcançados entre as partes em Adis-Abeba, em setembro de 2012, novo fator veio a dificultar o aprofundamento, pelo Sudão do Sul, das tratativas voltadas à abertura de Embaixada daquele país em Brasília: a eclosão, em dezembro de 2013, de situação de conflito civil, que perdura até a presente data.

Não obstante essas dificuldades, em abril de 2014, o Senhor Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro manteve contato telefônico com o representante do governo sul-sudanês, Embaixador Wol Mayar Ariec, sobre o tema. O Embaixador Ariec, que esteve no Brasil para participar da Reunião Multissetorial Global sobre o futuro da Governança da Internet, realizada em São Paulo, nos dias 23 e 24 de abril de 2014, reiterou a intenção de abertura de Embaixada residente do Sudão do Sul em Brasília.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a Embaixada brasileira em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Cooperação técnica

Sobretudo devido a constrangimentos impostos pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Autoridades sul-sudanesas mencionaram as seguintes áreas como prioritárias para eventual início da cooperação: agricultura, pecuária de corte e leiteira, bem como exploração petrolífera. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira substantiva no país a médio e longo prazos.

Uma parceria na área agrícola com o Brasil poderia dar-se, na visão de ambos os países, não somente no campo da cooperação técnica, mas também no campo econômico-comercial, seja por meio de investimentos, seja por meio da aquisição, em bases comerciais, de maquinário, insumos e tecnologias agrícolas. O Governo do Sudão do Sul chegou a manifestar seu desejo de enviar a Brasília missão de alto nível para os primeiros contatos com o Governo brasileiro nessa área. Foi igualmente apresentada proposta sudanesa de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica ao Brasil. A contraproposta brasileira ao texto sul-sudanês não recebeu, contudo, reação, fato atribuível ao cenário de conflito civil por que passa atualmente aquele país africano.

Cooperação humanitária

Em 2012, a cooperação brasileira com o país deu-se no contexto da cooperação humanitária às atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sudão e no Sudão do Sul. A contribuição brasileira (de US\$ 300 mil) ao ACNUR voltou-se ao apoio a ações emergenciais empreendidas no Sudão e no Sudão do Sul (com valor dividido igualmente), em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade nos dois países.

Em 2014, o Brasil anunciou disponibilidade para doar ao Sudão do Sul, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), 4.800 toneladas de feijão, com valor estimado em US\$ 3.105.460,58 e 4.530 toneladas de arroz, com valor estimado em US\$ 1.855.984,23. A doação ainda não se concretizou pois, até o momento, não se logrou encontrar país parceiro para a cobertura dos custos associados ao transporte e à distribuição dos alimentos por intermédio do PMA, estimados em US\$ 10.090.697,87, para o feijão, e US\$ 9.378.859,59, para o arroz. Esses custos envolvem toda a logística de transporte da carga do Brasil até a distribuição aos beneficiários dos programas do PMA no Sudão do Sul.

O Brasil tem também estudado cooperar com o Sudão do Sul, juntamente com Índia e África do Sul, por meio do **Fundo IBAS** para o Alívio da Fome e da Pobreza, cujo objetivo é financiar projetos autossustentáveis e replicáveis, voltados, sobretudo, para as necessidades dos países de Menor Desenvolvimento Relativo (MDRs) ou em situação de pós-conflito. Em fevereiro de 2014, a Junta Diretora do Fundo aprovou projeto proposto pela África do Sul na área de segurança alimentar para detentos no Sudão do Sul, intitulado "Enhanced Food and Nutrition Security of Prison Inmates in South Sudan", com orçamento de US\$ 1,8 milhões. Posteriormente, contudo, o representante da FAO no Sudão do Sul informou que, dado o contexto de conflito civil, aquela agência não teria condições de levar adiante a construção das instalações físicas onde se desenvolveria o projeto. Nessas condições, foram reintegrados ao Fundo os recursos que haviam sido alocados ao projeto, para aplicação em outras iniciativas, e a Junta Diretora recomendou que sejam iniciadas consultas com o Governo do Sudão do Sul com vistas a identificar nova proposta, para implementação futura.

Âmbito multilateral

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que veio a permitir a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O País também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observadores às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares (os então Deputados Nilson Mourão e Washington Luiz) e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul,

em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

O Brasil também apoiou o processo de paz entre Sul e Norte por meio do envio de policiais e soldados à Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), substituída, após a independência do Sudão do Sul, pela Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Atualmente, 3 policiais, 5 observadores militares e um militar desdobrado brasileiros integram a Missão. O País também mantém 2 observadores militares, que integram a Força Interina das Nações Unidas em Abyei (UNISFA), região em disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Assuntos Consulares

Rede Consular

A Rede Consular do Brasil no Sudão do Sul corresponde à Embaixada em Adis Abeba (cumulativa).

Casos de assistência consular

Em janeiro de 2014, em meio ao conflito civil que eclodiu no país, em dezembro de 2013, o Padre Raimundo Nonato Rocha dos Santos foi tido por desaparecido no Sudão do Sul, após ter contatado familiares no Brasil. Em 24/02, contudo, a Embaixada em Adis Abeba transmitiu a notícia, recebida de representante da Cooperação Italiana, de que o religioso brasileiro se encontrava, havia dois dias, na Congregação dos Missionários Camonianos em Juba, em boas condições de saúde. Em 25/02, o padre enviou mensagem eletrônica ao Itamaraty relatando ter sido resgatado em 20/02, com outras 13 pessoas, em helicóptero da ONU.

Comunidade brasileira

Não há outras informações sobre perfil e estimativa de tamanho da comunidade brasileira no Sudão do Sul.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil ao Sudão do Sul.

POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

A história recente do Sudão do Sul é marcada pelos conflitos com seu vizinho ao norte, o Sudão, os quais culminaram com a secessão sul-sudanesa em julho de 2011. As duas regiões, embora unidas por mais de 50 anos em um mesmo país, apresentam características distintas. O Norte possui população predominantemente árabe e muçulmana. O Sul, por sua vez, é povoado por diversas etnias subsaarianas, predominando o cristianismo e religiões animistas.

Os motivos para as dissensões entre as duas regiões podem ser traçados ao ano de 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha dominou o Egito e o Sudão. O Sul do Sudão era integrado à economia egípcio-sudanesa, principalmente, pelo fornecimento de escravos, madeira e marfim. Contudo, o controle político turco-egípcio que se seguiu sobre o Sudão nunca se afirmou plenamente sobre o Sul, tendo em vista as dificuldades de governar estrutura social caracterizada por múltiplos centros tribais e imensa diversidade cultural. Estima-se que a região do atual Sudão do Sul fosse povoada, no início do século XIX, por cerca de 13 milhões de indivíduos, agrupados em mais de 150 etnias.

Em 1875, Ismail Pasha, descendente de Mohamed Ali, sob a então forte influência britânica, contratou o militar inglês George Chinese Gordon para consolidar o domínio turco-egípcio sobre o Sul. Gordon tornou-se Governador da província de Equatoria no atual Sudão do Sul e, mais tarde, Governador-Geral do Sudão. Nessa condição, Gordon impôs a abolição da escravidão para todo o Sudão, ainda que, em diversas regiões do Sul, o tráfico de escravos se tenha mantido. A ação, no entanto, surtiu efeitos imediatos. A dependência sudanesa na comercialização de escravos era tamanha que a decisão do britânico causou severa crise econômica e revoltas diversas. Essa

situação foi aproveitada pelo sudanês Muhammad Ahmad Al-Mahdi, que uniu vasto exército islâmico e derrotou os ingleses, libertando o Sudão do domínio turco-egípcio e reinstituindo a escravidão. O Sul voltou a ser importante fonte de marfim, madeiras e escravos.

A região do atual Sudão e Sudão do Sul foi reconquistada por exército anglo-egípcio, liderado pelo britânico Lord Kitchener, em 1898. A partir dessa data, o atual Sudão seria governado até 1956 pelo Condomínio Anglo-Egípcio. Os ingleses, contudo, percebendo as profundas diferenças culturais entre o Norte e o Sul, decidiram separar formalmente a administração de ambas as regiões. Sucessivas leis determinaram a necessidade de obter-se permissão para visitar ou comercializar no Sul do Sudão, inclusive para indivíduos do Norte. A língua oficial adotada para a região foi o inglês, juntamente com línguas locais como o Dinka, o Nuer, o Shilluk e o Azande.

Em 1946, no entanto, quando os ingleses começaram a preparar sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram consolidar no Norte a administração do Sul. Essa decisão relacionava-se à percepção de um Sul do Sudão independente como inviável e das pressões exercidas pelo Egito, que ansiava pela manutenção do seu domínio sobre o Sudão e desejava assegurar a maior quantidade de território por onde o Nilo corresse. Deve-se ressaltar que a decisão foi tomada à revelia dos sulistas, que foram informados do que ocorreu em 1947.

Em 1954, após onda de protestos nacionalistas em Cartum, foi criado o Parlamento sudanês, o que marcou o início do processo de independência do Sudão, obtida em 1º de janeiro de 1956. O Governo do Sudão foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, sem a participação relevante do Sul nos processos decisórios do país.

Primeira guerra civil sudanesa

A resposta sulista a esses movimentos de Cartum veio um ano antes da independência. Em 1955, na cidade de Torit, militares do Equatoria Corps - o "exército" sulista criado pelos britânicos em 1917 - recusaram-se a cumprir ordens de se deslocar para o Norte.

O motim de Torit é considerado o início da Primeira Guerra Civil Sudanesa. Iniciava-se, então, o conflito entre Cartum e o movimento rebelde Anya Nya (nome que significa "veneno de serpente", adotado, em 1963, pela

guerrilha semiorganizada dos sulistas sob a liderança de Joseph Lagu). Em 1969, com a tomada do poder em Cartum pelo Coronel Gaafar Nimeiry, abriu-se a possibilidade de se negociar a paz. O novo governo do militar desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas.

Em 1972, foi assinado o Acordo de Adis Abeba entre o Anya Nya e Cartum, o qual dava autonomia relativa ao sul do Sudão. Consegiu-se que a região fosse governada como uma só entidade, sem divisões e com grande independência face ao Governo de Cartum. Membros do Anya Nya seriam integrados ao Exército sudanês e determinou-se que, no sul do Sudão, as forças armadas seriam compostas, equitativamente, por 6.000 sulistas e 6.000 nortistas. O Acordo também estipulava valores para projetos de desenvolvimento no Sul.

Segunda guerra civil sudanesa

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, contudo, a paz entre o Norte e o Sul do Sudão deteriorou-se, levando ao reinício do conflito em junho de 1983. A causa imediata da retomada das hostilidades foi a decisão de Cartum de redividir o sul em três regiões, tomada em junho de 1983 pelo então Presidente sudanês Gaafar Nimeiry. Alguns analistas argumentam que a ação buscava enfraquecer a liderança única da região Sul, com vistas a facilitar a exploração do petróleo, recém-descoberto pela Chevron em 1978/79 na região de Bentiu, no Sul do Sudão. Também contribuiu para o reinício do conflito a declaração do Sudão como Estado Islâmico, marginalizando a população sulista, em sua maioria cristã.

No contexto da deterioração da paz entre as duas regiões, alguns oficiais sulistas, sob a liderança do Tenente-Coronel John Garang de Mabior, fugiram para a Etiópia e fundaram, na cidade de Gambella, o Sudan People's Liberation Army (SPLA). O braço político do grupo, denominou-se, por sua vez, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM).

O SPLA avançou rapidamente a partir da fronteira com a Etiópia a oeste e da região de Bahr Al-Gazal a leste. Durante os Governos dos Presidentes Nimeiry (1969-1985) e Sadiq Al-Mahdi (1986-1989), o exército sudanês estava enfraquecido, o que facilitou ao SPLA dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, em algumas regiões do Norte, como o Nilo Azul e as Montanhas Nuba, no Cordofão do Sul.

A partir de 1991, contudo, o SPLA começou a enfraquecer-se, em

virtude de mudanças no contexto regional e de divisões internas, sobretudo entre unionistas, que buscavam a refundação do Sudão em bases mais inclusivas para a população sul-sudanesa, ou seja, sem o recurso à separação do Norte (linha adotada, à época, pelo SPLA) e secessionistas, que advogavam a independência do sul do Sudão (linha adotada pelas dissidências do movimento). Durante a década de 1990, continuaram, contudo, os confrontamentos entre o SPLA e o exército sudanês, além de outros grupos rebeldes sulistas.

O Acordo Abrangente de Paz (AAP)

Em 1999, mudanças políticas fizeram com que as lideranças sudanesas adotassem postura mais flexível e pragmática quanto à possibilidade de se buscar a paz. As negociações para o fim do conflito contaram com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibouti) e intensificaram-se a partir de 2002. Naquele ano, assinou-se o Protocolo de Machakos (Quênia), que estabeleceu um Governo semiautônomo no Sul do Sudão e assegurou, aos sulistas, representação política em Cartum, bem como metade da renda total da produção de petróleo, concentrada no sul do Sudão.

O Protocolo de Machakos abriu caminho para acordo de caráter definitivo, o Acordo Abrangente de Paz (AAP), celebrado em Nairóbi, em janeiro de 2005, que estabeleceu a realização de referendo sobre a independência do Sul do país em prazo de 6 anos, bem como de consulta específica à população da região de Abyei, zona petrolífera limítrofe entre o Sul e o Norte, sobre qual dos lados deveria integrar. As Partes, contudo, nos termos do AAP, deveriam empreender esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

O AAP também estabeleceu termos para a representação política para o Sul e o compartilhamento da riqueza advinda do petróleo. O novo Governo sudanês resultante do Acordo (o Governo de Unidade Nacional do Sudão) foi integrado por grupos políticos do Norte (NCP) e do Sul (SPLM), e tomou posse em julho de 2005. Previu-se, ademais, a realização de eleições gerais em 2010, no Sul e no Norte.

Nesse contexto, o líder do SPLA, Salva Kiir Mayardit assumiu a Presidência do então Governo provisório do Sudão do Sul e a Primeira Vice-

Presidência do Governo de Unidade Nacional do Sudão, em agosto de 2005, após a morte de John Garang em acidente de helicóptero em Uganda. Kiir buscou negociar com as diversas dissidências do SPLA e, em janeiro de 2006, o Presidente do Governo do Sudão do Sul assinou a Declaração de Juba, pela qual as forças milicianas seriam integradas aos quadros do SPLA.

Nas eleições gerais de 2010, Kiir reelegeu-se Presidente do Governo do Sudão do Sul (à época, ainda não independente) por ampla maioria. Os resultados obtidos pelo SPLM nas eleições, em especial a permanência de Kiir no Governo do Sudão do Sul, que lhe garantiu, nos termos do AAP, a vice-presidência do Sudão, foram fatores importantes para a realização do referendo de autodeterminação do Sul.

Secessão do Sudão do Sul

Mais jovem país do continente africano, o Sudão do Sul adquiriu sua independência do Sudão em 9 de julho de 2011.

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, referendo sobre a independência do Sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela secessão do Sudão. O Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, aceitou os resultados e promulgou decreto confirmado o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, tendo Salva Kiir assumido a Presidência do novo país.

A secessão sul-sudanesa tem importante caráter simbólico para a África. Tratou-se do primeiro movimento endógeno no continente de redefinição de fronteiras, por votação e decisão mutuamente consensual (a Eritréia, apesar de ter votado por sua independência em 1993, já havia existido como país autônomo antes de ser anexada pela Etiópia em 1962).

Fissuras políticas e focos de insurgência pós-secessão

Com a secessão sul-sudanesa, as diversas forças políticas do país, frequentemente agrupadas em torno de interesses comunitários com matizes étnicos, passaram a disputar espaços por maior participação política nas instituições governamentais do novo país e a impor crescentes fissuras no amálgama político que havia sido moldado pelo SPLM/A em torno da causa comum de resistência ao Norte. O cenário de crescentes dificuldades

econômicas e de denúncias de corrupção e mau gerenciamento das receitas provenientes do petróleo ensejou, ademais, forte descontentamento de parte da população com o Governo do SPLM/A.

Nesse contexto, o Governo sul-sudanês passou a enfrentar focos de insurgência armada de diversos grupos que se sentiam alijados do poder. O exemplo mais conspícuo foi o do Exército de Libertação do Sudão do Sul (SSLA), então liderado por George Athor, ex-General do SPLM/A que desejava governar o estado de Jonglei, no sudeste do país. Nessa região, foram logo reavivadas, ao longo de 2011, as tensões que domesticamente dividem a sociedade sul-sudanesa, baseadas, em grande medida, embora não exclusivamente, nos interesses comunitários e padrões étnicos que conformam os múltiplos grupos identitários e as dezenas de milícias ainda atuantes no país.

Assim, já em janeiro 2011, seis meses antes da independência do país, intensificaram-se, no estado de Jonglei, violentos confrontos entre tribos das etnias Nuer e Murle, pelo controle de terra e gado. Os confrontos intertribais logo se transformaram em conflitos entre milícias armadas. O SSLA passou a apoiar militarmente as tribos Murle, que constituem a base étnica do comando da milícia. Por sua vez, o Nuer White Army, milícia de etnia Nuer, deu declarações de que dizimaria os membros da etnia Murle. Focos de insurgência de características semelhantes irromperam em outras regiões do país.

A violência dos confrontos e as ameaças de assassinato em massa disseminaram, na comunidade internacional, o alerta de que os conflitos poderiam deteriorar em episódios de extermínio étnico, o que elevou as pressões para sua resolução. Os esforços, por parte do Governo sul-sudanês e da UNMISS, de repressão dos focos de insurgência e de intervenção nos confrontos tornaram-nos, contudo, alvos de recorrentes ataques armados.

Em 2012 e 2013 foram assinados acordos de paz entre o Governo e diversos grupos insurgentes, a partir dos quais grande parte das tropas do SSLA e outros grupos passou a ser reincorporada ao Exército sul-sudanês. Os acordos não propiciaram, contudo, solução definitiva para as clivagens estruturais, ainda latentes na sociedade sul-sudanesa.

Racha no SPLM/A e atual conflito civil

Em meados de dezembro de 2013, teve início o maior conflito civil desde a independência do Sudão do Sul. Com grande número de mortos, o

conflito em curso tem caráter predominantemente político, originado em divisão do SPLM/A em facções atualmente lideradas pelo Presidente Salva Kiir e pelo ex-Vice-Presidente Riek Machar.

Ao longo de 2013, parcela do SPLM/A passou a atribuir os insucessos no plano econômico e a turbulência social à atitude apaziguadora do Presidente Salva Kiir em relação ao Sudão, bem como a seu autoritarismo a frente do Governo. A disputa intrapartidária tornou-se pública quando, em julho de 2013, o Presidente Salva Kiir realizou ampla reforma em seu Gabinete, trocando todos os 29 Ministros e Secretários-Executivos, além do próprio Vice-Presidente Machar. Na ocasião, Salva Kiir excluiu do Governo muitos dos aliados na luta pela secessão e vários dos membros do Diretório Central do SPLM/A. O clima tornou-se mais tenso quando Riek Machar, figura política autônoma também associada ao sucesso da secessão, anunciou sua intenção de concorrer à presidência do SPLM/A, possivelmente em preparação para candidatura às eleições presidenciais. Assim, à medida que se aproximava o prazo para as eleições gerais no país, previstas para 2015, acirrou-se o quadro de duras disputas intrapartidárias no seio do SPLM.

Durante a primeira quinzena de dezembro de 2013, Machar e outras lideranças do SPLM/A convocaram entrevista coletiva, na qual expuseram publicamente os problemas internos do partido. As tensões mantiveram-se fortes até que, no dia 15/12/2013, homens armados não identificados iniciaram tiroteio na Capital, Juba, próximo ao Palácio Presidencial. O PR Salva Kiir acusou Machar, em transmissão televisiva em cadeia nacional, de tentativa frustrada de golpe de estado, bem como ordenou a prisão de membros do SPLM/A partidários de Machar. Apesar de negar a versão do Presidente, Machar posteriormente assumiu o comando dos revoltosos, que passaram a intitular-se "SPLM/A na oposição".

Apesar de originado em divergências intrapartidárias, o atual conflito deu início também a confrontos interétnicos. Dado que o Presidente Kiir é da etnia Dinka e o ex-Vice Presidente Machar é da etnia Nuer, a oposição entre os líderes políticos deu ensejo a confrontos entre membros dessas duas etnias, não apenas no seio do SPLM/A como também em outras localidades do país, a exemplo de Bentiu, no Estado de Unity, e de Bor e Akobo, no Estado de Jonglei.

Segundo dados do Escritório de Coordenação para Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA), o conflito, que ameaça afetar

diretamente metade da população do país, já causou dezenas de milhares de mortes e deslocou cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Mediação de solução política

O violento conflito, que tem tido ampla repercussão regional e internacional, foi objeto de amplos esforços de mediação liderados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Contudo, apesar de haverem sido firmados sucessivos compromissos de cessar-fogo entre as partes, persistem ainda hoje episódios de confronto e violência, com fortes impactos humanitários. Sem baixar as armas, as partes em conflito trocam acusações sobre qual seria a responsável pela perpetuação da violência, enquanto persistem também dificuldades para a assistência humanitária internacional em benefício da população civil. Outro importante ponto de discórdia para o estabelecimento de compromisso efetivo com o cessar-fogo é a libertação dos últimos três partidários de Machar, mantidos presos pelo Governo desde o início do conflito.

Em março de 2015, terminou o prazo extipulado pela IGAD para a conclusão de sua mediação, que foi dada como encerrada sem êxito. Desde então, a comunidade internacional tem buscado formas alternativas de desenvolver mediação efetiva do conflito no país. A IGAD propõe trabalhar juntamente com um "grupo de amigos do Sudão do Sul" para que as partes em conflito possam ser levadas a instituir, até julho de 2015, governo de união nacional transitório, com o qual já teriam concordado, em princípio.

Desafios no processo de transição político-institucional

No campo institucional, os desafios mais prementes do processo de reestruturação do Sudão do Sul como Estado soberano são a formulação de nova Constituição nacional e a realização de eleições gerais, transparentes e inclusivas. Uma vez que ambas essas etapas deveriam ser cumpridas em 2015, o atual conflito civil tem inviabilizado, na prática, o calendário de transição.

A Constituição atualmente vigente no Sudão do Sul tem caráter transitório, uma vez que foi redigida em abril de 2011, com validade de 4 anos. Segundo o calendário de transição, previa-se que, até dezembro de 2014, a Comissão Nacional de Revisão Constitucional apresentasse ao Presidente novo texto de Carta Magna, baseado no atualmente em vigor. A partir de então, o Presidente deveria repassar o texto para deliberação e aprovação pelo poder

Legislativo. Contudo, o conflito civil em curso no país não deixa antever com clareza o desfecho do processo constituinte em futuro próximo.

No que tange ao calendário eleitoral, originalmente previa-se a realização de eleições gerais ao longo de 2015, mas o clima de turbulência social por que passa o país tem levado ao receio de que os prazos não sejam cumpridos. Em junho de 2014, o Presidente Salva Kiir declarou intenção de adiar, possivelmente para 2017, o pleito presidencial, em função da conturbada situação política, o que lhe valeu críticas, tanto domesticamente quanto no plano internacional, em relação a uma possível atitude autoritária do Presidente, motivada por suposto desejo de perpetuação no poder.

As dificuldades de conjugar o andamento da transição institucional com o difícil equacionamento dos desequilíbrios na representatividade política do Governo no Sudão do Sul mantêm relação tanto de causa como de consequência com o conflito civil em curso no país, contribuindo para o prolongamento dos graves impasses atualmente observados na situação securitária e no quadro político-institucional do país.

Poder Legislativo

Segundo a Constituição de transição, com validade prevista até julho de 2015, o Poder Legislativo sul-sudanês tem estrutura bicameral, formada pela Assembleia Nacional Legislativa (ANL) e pelo Conselho dos Estados. Compõem a ANL todos os sul-sudaneses que integravam a Assembleia Legislativa do Sul do Sudão, do período pré-independência; os parlamentares sul-sudaneses que detinham assento na Assembleia Nacional do Sudão, em Cartum; e 66 membros indicados pelo Presidente da República. O Conselho dos Estados, por sua vez, compõe-se dos sul-sudaneses que detinham, à época, assento no Conselho dos Estados da República do Sudão, bem como 20 novos membros indicados pelo Presidente.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Sudão do Sul vinha pautando-se pela negociação de questões pendentes após o processo de secessão do Sudão, sobretudo os termos de partição dos recursos provenientes da venda de

petróleo, cujo escoamento ainda se dá pelo território do Norte (República do Sudão), e a demarcação da fronteira comum. Com a eclosão do atual conflito interno sul-sudanês, contudo, essas frentes de negociação perderam prioridade e dinamismo, na medida em que a agenda internacional de Juba passou a centrar-se na mediação do conflito.

IGAD e mediação do conflito no Sudão do Sul

A IGAD, que já havia cumprido papel de facilitadora das negociações que levaram à celebração do AAP, em 2005, desempenhou papel destacado como principal instância mediadora do violento conflito civil que eclodiu no Sudão do Sul em dezembro de 2013, após cisão entre as lideranças da independência sul-sudanesa.

Poucos dias após a cisão que motivou o conflito, missão ministerial da IGAD liderada pelo Chanceler da Etiópia, Tedros Adhanom, e integrada por representantes do Djibuti, Quênia, Sudão e Uganda, bem como pelo Comissário de Paz e Segurança da União Africana, e do representante das Nações Unidas para a UA, viajou a Juba com vistas a alcançar a cessação das hostilidades e a negociação política do conflito pelas partes envolvidas, em bases inclusivas e em respeito à Constituição sul-sudanesa. Na semana seguinte, o Primeiro-Ministro da Etiópia, Hailemariam Desalegn, e o Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, reuniram-se com o Presidente Salva Kiir e, posteriormente, com os dez políticos sul-sudaneses detidos.

As lideranças das partes em conflito concordaram em participar de processo de mediação que resultou na assinatura, em Adis Abeba, de sucessivos acordos de cessar-fogo: o Acordo para a Cessação de Hostilidades (23/1/ 2014); o Acordo de Renovação de Compromisso em Assuntos Humanitários (5/5/2014); o Acordo para Solução do Conflito no Sudão do Sul (9/5/2014); o Acordo para Cessação Definitiva de Hostilidades (8/11/2014); e o acordo para negociação de partilha de poder (2/2/2015). O último acordo firmado estabeleceu o prazo de 5 de março de 2015, para a conclusão da mediação da IGAD e a assinatura de novo Acordo-Quadro que colocaria fim ao conflito.

Contudo, a despeito dos sucessivos acordos firmados, permaneceram registros de enfrentamentos entre as partes, que buscavam obter vantagens militares para chegar a cada rodada de negociação em posição fortalecida. Em tentativa ambiciosa de pôr fim ao conflito, a IGAD

estabeleceu o prazo de 5 de março para que o Governo do Sudão do Sul e o SPLM/A na oposição chegassem a acordo sobre a formação de governo de união nacional. Em apoio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou, no dia 3 de março de 2015, a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções ao país, prevendo a possibilidade de sanções às personalidades que demonstrem não estarem colaborando com a solução do conflito. Contudo, diante do malogro do último acordo firmado e do desrespeito do prazo estabelecido pela IGAD, o Primeiro-Ministro da Etiópia e Presidente da IGAD, Hailemariam Dessalegn, deu declarações e enviou carta ao povo sudanês, nas quais chegou a anunciar que o processo de paz no âmbito do organismo havia sido concluído sem sucesso.

É possível que novos esforços de mediação da crise sul-sudanesa sejam transferidos para a União Africana, organismo que pode ter maior capacidade de pressionar as partes em conflito. A IGAD, por sua vez, propõe trabalhar juntamente com um "grupo de amigos do Sudão do Sul" para que as partes em conflito sejam levadas a instituir, até julho de 2015, governo de união nacional transitório, com o qual já teriam concordado, em princípio.

Etiópia

A Etiópia, que liderou os esforços de mediação por parte da IGAD, tem interesses concretos na estabilidade sul-sudanesa. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), desde o início dos confrontos, mais de 70 mil sul-sudaneses buscaram refúgio na Etiópia, que já abrigava, em dezembro de 2013, aproximadamente, 76 mil refugiados do Sudão do Sul. O Vice-Diretor da Administração Etíope para os Assuntos de Refugiados e Retornados (ARRA) afirmou à imprensa internacional, em março último, que não seria exagerado prever que o número de refugiados sul-sudaneses no país alcance o número de 300 mil, em razão da presente crise.

Tanzânia e mediação de Arusha

Em outubro de 2014, o Governo tanzaniano anunciou que, a pedido do Presidente sul-sudanês, a Tanzânia buscara também mediar o conflito, sem prejuízo da iniciativa em curso no âmbito da IGAD. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária (SPLM), que fortaleceria eventual formação de governo de união nacional. Contudo, os esforços tanzanianos têm sido interpretados por

alguns analistas como movimento protelatório do Presidente Salva Kiir, uma vez que teria duplicado os esforços de mediação da crise.

UNMISS

Um dia antes da independência do Sudão do Sul, o CSNU estabeleceu, por meio da Resolução 1996 (2011), a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS). Entre os objetivos da UNMISS, destacam-se o auxílio na consolidação de instituições sul-sudanesas, por meio da cooperação para a formulação de políticas nacionais em diversas áreas; a proteção da população civil; e a promoção da participação nos processos políticos, com o auxílio para a preparação e realização de eleições.

No entanto, as relações entre o Governo do Sudão do Sul e a UNMISS têm registrado, não raramente, episódios de tensão, a exemplo da expulsão, pelas autoridades sul-sudanesas, de oficial de direitos humanos da Missão e da derrubada de helicóptero russo a serviço da Missão por membros do SPLA, em dezembro de 2012. A Missão sofre, ademais, com ataques de grupos armados rebeldes, que se intensificaram após a eclosão do atual conflito civil no país, quando, de imediato, instalações das Nações Unidas em Jonglei receberam cerca de 35 mil pessoas procurando proteção de ataques. Os violentos ataques perpetrados contra a UNMISS têm sido duramente condenados pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, e pela comunidade internacional como um todo.

Em decorrência do atual conflito no Sudão do Sul, o CSNU decidiu ampliar os contingentes militar e policial da UNMISS (Resolução 2132, de 2013). Em maio de 2014, a UNMISS publicou relatório com cenário negativo para a situação de direitos humanos no Sudão do Sul, o que reforçou a preocupação internacional em relação ao conflito no país. Em reação, o CSNU realizou audiência pública sobre o conflito e consultas que resultaram na adoção, em maio de 2014, da Resolução 2155, a qual altera o mandato da UNMISS para que a missão priorize as seguintes ações: proteção de civis; monitoramento e investigação da situação de direitos humanos; criação de condições para a entrega de assistência humanitária; apoio à implementação do Acordo para a Cessação de Hostilidades, de 23/1/2014 (o qual seria reafirmado por série de compromissos de cessar-fogo firmados entre as partes, até o momento não plenamente cumpridos).

Relacionamento Sudão do Sul-Sudão

Desde meados de 2012, as relações entre o Sudão do Sul e o Sudão têm registrado processo de distensão, que resulta de postura pragmática, tanto de Juba quanto de Cartum. Ao avaliar que o diálogo construtivo entre os dois países é condição essencial para a prosperidade de ambos, bem como para a paz e a estabilidade na região, as autoridades em Juba e Cartum têm obtido avanços em negociações políticas das divergências em relação aos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e a demarcação da fronteira comum.

Em setembro de 2012, mês marco nesse processo de distensão, os Presidentes do Sudão do Sul e do Sudão firmaram importante acordo em Adis Abeba, comprometendo-se a retirar suas tropas da área de fronteira e retomar a produção e escoamento de petróleo, entre outras medidas. Em outubro de 2012, os Parlamentos dos dois países já haviam aprovado o acordo firmado, cuja implementação apresentou progressos relevantes, a exemplo do início da desmilitarização da fronteira e da retomada da exploração e escoamento do petróleo (abril de 2013).

Troca de acusações de que cada Governo apoiaria grupos rebeldes com atuação no território do outro país por vezes geram clima de inimizade e ameaças que têm podido, até o momento, ser superadas pelo diálogo, no mais alto nível, entre as autoridades dos dois países. Com esse espírito, o Presidente sudanês, Al-Bashir já realizou três visitas oficiais ao Sudão do Sul (abril e outubro de 2013 e janeiro de 2014), ao passo que o Presidente sul-sudanês foi ao Sudão duas vezes (outubro de 2011 e abril de 2014). Em dezembro de 2014, contudo, o Governo sudanês deu forte ultimato ao Sudão do Sul para que cesse qualquer tipo de apoio ao grupo JEM-Gibril, que faz oposição armada a Cartum na região de Darfur.

Sudão do Sul-Sudão: a questão do petróleo

Durante a vigência do AAP, estipulou-se a repartição igualitária dos recursos petrolíferos, centrais para as economias do Sul e do Norte. Uma vez concretizada a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território do Norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para a exportação do hidrocarboneto. Dessa forma, as duas partes iniciaram negociações com vistas a equacionar a questão

da repartição das receitas obtidas com a venda do petróleo.

Em janeiro de 2012, contudo, o Governo sul-sudanês anunciou a interrupção da produção de petróleo em seu território, em virtude de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo Norte para o escoamento e embarque de sua produção em navios petroleiros. O impasse ganhou contornos militares quando o Sudão do Sul invadiu o complexo petrolífero de Heglig, em abril de 2012, em retaliação a bombardeios sudaneses no Estado de Unity, zona petrolífera sul-sudanesa. Juba contesta a soberania sudanesa sobre Heglig, que se tornou, após a secessão do Sul, o mais importante sustentáculo da economia sudanesa (responde por metade da atual produção de petróleo do Sudão). A escalada de violência entre os países apaziguou-se com a retirada das tropas sul-sudanesas de Heglig, anunciada em 20/4/2012, e o fim dos bombardeios aéreos por parte de Cartum.

Em agosto de 2012, ambos os países finalmente acordaram as tarifas para escoamento da produção de Juba pelo Sudão do Sul e, em abril de 2013, a produção de petróleo sul-sudanesa foi retomada. Contudo, em razão do conflito interno sul-sudanês, a produção do petróleo no país foi reduzida de 250 mil barris/dia, antes do conflito, para 140 mil barris/dia, como a média anual de 2014. Grande parte dos combates do atual conflito teve lugar onde se concentra a produção de petróleo no Sudão do Sul, nos estados de Unity e Alto Nilo, sendo que, no estado de Unity, as forças de oposição assumiram o controle. Na imprensa, tem-se noticiado a existência de negociações para ação conjunta de Cartum e Juba para recuperação das reservas de exploração petrolífera, o que tem sido negado pelas autoridades em questão.

Sudão do Sul-Sudão: questões fronteiriças

Sudão do Sul e Sudão mantêm, desde antes da independência do Sudão do Sul, negociações para a criação de uma zona de fronteira desmilitarizada. Em setembro de 2012, as duas partes anunciaram o início dos esforços de desmilitarização e a instalação de mecanismo conjunto para a verificação e supervisão da fronteira. Em outubro de 2013, acordaram o início da identificação da "linha zero" para a criação da zona fronteiriça. Contudo, em dezembro de 2014, quando ocorreu a última reunião bilateral sobre demarcação, as divergências sobre questões fronteiriças impidiram que acordo geral sobre fronteiras fosse alcançado.

As principais divergências que ainda persistem se referem,

sobretudo, à região de Abyei, situada em área disputada entre grupos nômades pastoris (Misseriya), de origem árabe, tradicionalmente aliados a Cartum, e tribos sedentárias (Ngok-Dinka), de origem sul-sudanesa, aliadas ao SPLM/A. A região tem também importância econômica, dada a presença de grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte.

No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade.

Não obstante os compromissos políticos de Juba e Cartum, o quadro de tensão entre os grupos tribais envolvidos na disputa pela região permaneceu inalterado. Em maio de 2011, houve conflito entre o SPLA e as Forças Armadas sudanesas, o que permitiu ao Sudão assumir o controle da cidade de Abyei. Em junho de 2011, Sul e Norte acordaram, sob os auspícios da União Africana, a desmilitarização da região e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), para monitorar a desmilitarização e supervisionar a zona disputada.

Até o momento, todavia, a realização do referendo sobre a nacionalidade da região segue sem previsão, sobretudo devido a controvérsias quanto ao registro de eleitores. Nesse quadro, o conflito intertribal na região tende a deteriorar-se. Em maio de 2014, as discussões, no âmbito do CSNU, para renovação do mandato da UNISFA, ocorreram em clima de preocupação. Em relatório preparado para subsidiar a reunião, o SGNU afirmou que é possível que a disputa por Abyei resulte em nova guerra entre Sudão e Sudão do Sul. No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram praticamente interrompidas, levando a Etiópia, maior contribuinte de tropas para a UNISFA, a pressionar por ação mais contundente por parte do CSNU. O Conselho, contudo, limitou-se a renovar o mandato da missão e reiterar antigas recomendações para que o Sudão retire seu contingente policial ao redor do campo petrolífero de Diffra, bem como para que o Sudão do Sul proceda à desmilitarização da região de Abyei.

Grandes Lagos

O Sudão do Sul passou, com a independência, a fortalecer vínculos com a região dos Grandes Lagos, em particular com Uganda e Quênia, países

que constituem alternativas, a médio prazo, para o escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa e que possuem crescentes interesses econômicos no Sudão do Sul.

Uganda foi um dos mais ativos apoiadores da secessão do Sudão do Sul. O SPLM/A é tradicional aliado de Campala, que apoiou a luta secessionista liderada pelo Movimento em troca de suporte no enfrentamento de bases do Lord Resistance Army (LRA) no atual território sul-sudanês. Além de afinidades étnicas, argumenta-se que as motivações de Uganda para estabelecer essa parceria seriam a intensa corrente de comércio mantida com o Sul do Sudão e disputas geopolíticas entre Campala e Cartum. Tensões entre Sudão e Sudão do Sul, bem como o atual conflito civil sul-sudanês, preocupam Campala, ademais, devido ao risco de grandes deslocamentos humanos rumo a Uganda. Tendo em conta seu interesse concreto na estabilidade do Governo sul-sudanês, Uganda realizou ações militares no país em janeiro de 2014, com vistas a bloquear a escalada do atual conflito civil. Devido ao seu já forte engajamento em outras crises regionais, sobretudo na Somália, Uganda logo passou a declarar, contudo, sua preferência pelo recurso à mediação na busca por solução para o conflito no Sudão do Sul.

O Quênia possui interesses econômicos no Sudão do Sul e mantém vínculos históricos com as elites do novo país. Há projeto para construção de oleoduto para exportação de petróleo sul-sudanês via Quênia, de modo que as relações com Nairóbi possuem relevância estratégica para Juba. Em março de 2012, foi inaugurado o projeto de infraestrutura do Porto de Lamu, que poderá servir de ponto de escoamento das exportações de petróleo do Sudão do Sul no médio prazo.

Nesse contexto, o Sudão do Sul solicitou adesão à Comunidade da África Oriental (EAC), mecanismo de integração abrangente dos países da região (Quênia, Uganda, Tanzânia e Burundi), que, atualmente, se constitui como união aduaneira e tem o objetivo de formar uma união monetária. Por força do conflito civil em curso no país, o processo de adesão do Sudão do Sul à EAC tem sido mantido em compasso de espera.

No início de 2012, o Sudão do Sul aderiu a outros dois importantes organismos regionais: a IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibuti) e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL).

Relações extracontinentais

Logo após sua independência, o Sudão do Sul passou a contar com boas relações com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido, que haviam tido participação na articulação da autodeterminação sul-sudanesa. Desde 2011, EUA, Reino Unido, Holanda e Noruega seguem entre os principais fornecedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para o Sudão do Sul.

Contudo, com a eclosão do atual conflito civil, o país passou a ser objeto de atenções redobradas de parceiros extrarregionais, que têm exortado os sul-sudaneses a resolver suas diferenças de forma pacífica e em consonância com os esforços regionais de mediação.

Nesse contexto, em março de 2014, o Presidente estadunidense, Barack Obama, editou ordem executiva que estabelece a imposição de sanções financeiras contra indivíduos e grupos que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul. Violações de direitos humanos, bloqueio de ajuda humanitária e ataques a integrantes da força onusiana de paz também foram listadas como ações que sujeitarão os responsáveis a bloqueio de bens e impedimentos a viagens. Em maio de 2014, os EUA anunciaram sanções a indivíduos de ambos os lados do conflito sul-sudanês, muito embora analistas independentes duvidem do real efeito dessa medida.

À época, a União Europeia, que também vêm acompanhando com grande preocupação o conflito, cogitou seriamente seguir o exemplo estadunidense, mas decidiu por postergar o recurso a esse tipo de medidas com vistas a conceder maior espaço à solução política do conflito.

Em reação à publicação, em abril de 2014, do relatório da UNMISS sobre a situação de direitos humanos no Sudão do Sul, o Canadá, importante prestador de cooperação e de ajuda humanitária ao país, exortou o Governo em Juba e a liderança da oposição a assegurarem que haja "plena responsabilização" pelos crimes humanitários cometidos e violações aos direitos humanos.

No mesmo mês, realizou-se, em Oslo, conferência de doadores para o Sudão do Sul responsável por duplicar os recursos financeiros para a ação humanitária no país, os quais passaram de US\$ 600 milhões para mais de US\$ 1,2 bilhão. Os participantes da conferência foram uníacos ao requisitar que as partes em conflito garantam livre circulação e segurança aos prestadores de assistência humanitária.

Em março de 2015, o CSNU adotou a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções ao Sudão do Sul.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após sua independência, em julho de 2011, o Sudão do Sul tem enfrentado grandes desafios para sua estruturação econômica, em especial na área de infraestrutura. O país possui parca rede de estradas pavimentadas e a maior parte da geração de energia elétrica provém de geradores a diesel. O país carece, ademais, de quadros técnicos capacitados em diversas áreas e de instituições minimamente consolidadas. Não obstante, o território sul-sudanês apresenta importantes recursos naturais, em especial petróleo e terras férteis para a agricultura.

Enfraquecida por anos de violência e baixos investimentos, a economia do Sudão do Sul é altamente dependente das receitas provenientes do petróleo, as quais representam cerca de 98% das arrecadações do governo (excluídos recursos oriundos de ajuda externa) e 71% do PIB, de acordo com dados de 2014. A distensão na relação entre Sudão do Sul e Sudão permitiu que, em abril de 2013, a produção de petróleo fosse retomada, o que aliviou, temporariamente, as graves dificuldades orçamentárias em que havia mergulhado o país.

Em dezembro de 2013, contudo, a eclosão de novo conflito civil no Sudão do Sul tem inviabilizado que a produção de petróleo ultrapasse 50% de seu potencial (estima-se que o Sudão do Sul tenha capacidade de produzir cerca de 350 mil barris/dia, ao passo a média de produção para 2014 foi de 140 mil barris/dia). Além da queda na produção, o conflito civil no país, provavelmente atrasará os planos sul-sudaneses de organizar nova rodada de venda de licenças e concessões para exploração.

A conjuntura de conflito civil e de redução da produção de petróleo sul-sudanês, aliada à tendência de queda no preço internacional da *commodity*, tem causado expressivos impactos negativos na economia do Sudão do Sul. Segundo estimativas do FMI, o PIB sul-sudanês tem apresentado caráter volátil, havendo-se retraído em cerca de 47%, em 2012, com crescimento compensatório de 24,4%, em 2013, e de 5,4%, em 2014. Estima-se, ainda, que o PIB deverá cair novamente, em 2015, para cerca de 3 ou 4%.

Uma paz completa e duradoura terá de ser alcançada antes que o Sudão do Sul possa progredir no desenvolvimento de um marco regulatório para sua economia, com vistas a atrair investimentos estrangeiros. O caráter recente da independência sul-sudanesa e a ausência de quadros técnicos capacitados tornam eventuais avanços nas políticas fiscais e monetárias do país dependentes de pesados investimentos em assistência técnica, tanto do FMI quanto do Banco Mundial. Não obstante, o Sudão do Sul seja elegível para receber empréstimos do FMI, preocupações relativas à governança econômica também tendem a dificultar o acesso ao Fundo. Por outro lado, apesar da séria queda nas receitas do país provocada pelo conflito civil, os planos do Governo de cortar gastos com serviços públicos também foram adiados em função da crise.

A libra sul-sudanesa, que foi introduzida em 2011 e teve, inicialmente, o mesmo valor da libra do Sudão, perdeu, no contexto da persistente instabilidade política e da debilidade da governança econômica do país, paridade, o que deverá exigir do Banco Central do Sudão do Sul (BCSS) o estabelecimento de instrumentos claros de política monetária. O BCSS tende a intensificar sua cooperação em política monetária com o vizinho do Norte, uma vez que tem apresentado progressos apenas limitados na estruturação de instrumentos de política monetária em seu país.

Embora o Sudão do Sul tenha produzido seus primeiros dados do PIB em meados de 2012, o processo de apuração do PIB ainda é dificultado por um vastíssimo setor informal e pela falta de dados em relação ao comércio. Além dos problemas econômicos propriamente ditos, a insuficiência de mão de obra técnica tende a agravar-se com o conflito, uma vez que empresas estrangeiras evacuaram seus empregados da região do Alto Nilo, o que apresenta reflexo direto na produção e transporte do petróleo. Os investimentos internos e externos, bem como o consumo interno devem, igualmente, reduzir-se drasticamente. A ajuda externa ao Sudão do Sul também poderá sofrer redução, como forma de punir as partes que não estejam colaborando com a solução política do conflito.

Assim, o ambiente de negócios do país permanece incerto, e as perdas até o momento são difíceis de serem recuperadas. Companhias regionais, principalmente do Quênia, Uganda e Etiópia, e também da África do Sul, vinham investindo em áreas como construção civil, manufaturas, eletricidade e telecomunicações, sobretudo na capital, Juba. As companhias

quenianas têm reportado, nesse contexto, perdas significativas desde a eclosão dos conflitos.

Quanto aos índices inflacionários, a inflação foi estimada em 3% em 2013, contra índice de 24,1% no ano anterior. Em 2014, foi estimada em apenas 0,2%, dada uma retração no consumo, bem como uma queda nos preços de bebidas alcólicas e tabaco, produtos que têm impactos "cascata" no restante da economia do país. Em novembro de 2013, o Banco Central do Sudão do Sul voltou atrás na decisão de desvalorizar a moeda, depois de o Parlamento ter criticado que a medida causaria inflação. Os preços permanecem, contudo, voláteis, podendo crescer descontroladamente em função do conflito e de um projetado enfraquecimento da moeda dada a queda do preço global do petróleo.

O Banco Central do país opera uma taxa de câmbio flutuante que inicialmente teria paridade com a do vizinho Sudão. A habilidade de o Banco Central defender a moeda, no entanto, é limitada. Opções para harmonizar os mercados oficiais e paralelos da taxa de câmbio devem ser revisitadas. Uma retomada plena das exportações de petróleo poderia fortalecer a taxa de câmbio da libra sul-sudanesa. Dada a persistência do conflito e a tendência de queda do preço do barril de petróleo, contudo, a taxa de câmbio deverá continuar sua trajetória de deterioração.

Altamente dependente do escoamento de sua produção petrolífera pelo território do Sudão, o Sudão do Sul tem buscado novas alternativas de escoamento para sua produção. Destacam-se a construção de oleodutos ligando o país ao porto de Lamu, no Quênia (em curso) e ao Djibuti, via Etiópia (em fase de projeto). Não se vislumbra, contudo, a médio-prazo, alternativa ao Sudão para o transporte de petróleo sul-sudanês até a costa.

Outro recurso natural relevante para o Sudão do Sul é a disponibilidade de terras férteis para a agricultura. Estudos da FAO divulgados por ocasião da independência do país, em julho de 2011, dão conta de que apenas 4,5% das terras disponíveis para a agricultura são efetivamente cultivadas. Embora o país tenha elevado potencial agrícola, seu baixo aproveitamento faz com que o Sudão do Sul dependa da importação de alimentos, o que aumenta consideravelmente a exposição do país a choques externos. A agricultura e a pecuária são vislumbradas pelo Governo sul-sudanês como as áreas mais promissoras para a promoção de uma necessária diversificação da economia do país.

Desde que alcançou a independência, o Sudão do Sul tem tido

aumentos crescentes de ajuda internacional, sobretudo proveniente dos Estados Unidos e da União Europeia. A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, no acrônimo em inglês) constitui parcela significativa da economia sul-sudanesa. Segundo dados do Banco Mundial, essa ajuda correspondeu a 7% da Renda Nacional Bruta (RNB) em 2011, e a 17% em 2012. Os doadores, contudo, têm-se mostrado cautelosos diante dos persistentes problemas de governabilidade econômica e, sobretudo, diante do atual conflito civil em curso no país.

Comércio bilateral

Até o presente momento, ainda não há série histórica relativa ao comércio entre o Brasil e o Sudão do Sul no sistema MDIC/Secex/AliceWeb. Contudo, segundo dados pontuais apurados desde 2013, já é possível identificar trocas incipientes entre os dois países, concentradas em exportações brasileiras de carnes e, esporadicamente, de máquinas (ver anexo econômico, a partir da página 33). O intercâmbio subiu de US\$ 29 mil, em 2013, para cerca de US\$1,3 milhão, em 2014. De janeiro a março de 2015, já atingiu US\$ 226 mil, representando aumento de 99% em relação ao mesmo período do ano passado. Embora o patamar de comércio seja ainda muito reduzido, já é possível antever que as exportações brasileiras têm competitividade no mercado sul-sudanês, de modo que uma futura estabilização do país poderá trazer impactos sensíveis nas trocas com o Brasil.

ANEXOS

Cronologia histórica

1821	O otomano Mohamed Ali Pasha domina o Egito e o atual Sudão. Tribos do Sul iniciam contatos com os estrangeiros.
1899	Domínio inglês da região do Sudão. Sul e Norte são separados em administrações distintas.
1946	Conferência de Juba decide consolidar em uma só entidade administrativa Norte e Sul do Sudão.
1954	Início do processo de independência do Sudão com a criação do Parlamento.
1955	Motim no Sul dá início à Primeira Guerra Civil sudanesa.
1956	Independência do Sudão.
1972	Acordo de Adis Abeba põe fim ao conflito civil entre Norte e Sul. O Sul passa a constituir entidade administrativa única a ser administrada com elevado grau de autonomia.
1983	Reinício do conflito civil. É fundado, na Etiópia, o Exército de libertação do Povo do Sudão (SPLA).
1999	Retomada das negociações entre Cartum e rebeldes do Sul, que contaram com apoio significativo da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organismo regional sediado no Djibuti.
2005	É assinado em Nairóbi o Acordo Abrangente de Paz (AAP), último de uma série de acordos entre o Norte e as facções do Sul. Dentre os principais dispositivos do Acordo estão a realização de referendo sobre o status do Sul em 6 anos, o retorno imediato da autonomia do Sul, a realização de eleições gerais em 2010, a repartição das receitas do petróleo e o estabelecimento de Governo de unidade nacional com entre Norte e Sul.
2005/ago	Salva Kiir, fundador do SPLA assume a presidência do Governo do Sul do Sudão e a vice-presidência no Governo de Unidade Nacional.
2006	Governo do Sul do Sudão adota a Declaração de Juba, que previu a integração de milícias rebeldes ao SPLA.
2009	Arbitragem internacional reduz a área disputada na região de Abyei pelo Norte e pelo Sul.
2010	Reeleição de Salva Kiir como Presidente do Governo do Sul do Sudão, no âmbito das eleições gerais sudanesas.
2011/jan	Referendo sobre o status do Sul do Sudão é realizado. A opção pela independência do Sul do Sudão é vitoriosa com mais de 98%

	dos votos.
2011/mai	Conflitos entre o Sul e o Norte culminam com a tomada de Abyei pelo Norte. Após acordo para a desmilitarização da região, CSNU criou a Força Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).
2011/jul	Independência do Sudão do Sul.
2012/jan	Governo sul-sudanês interrompe fornecimento de petróleo, em virtude dos preços cobrados pelo Sudão para o escoamento e embarque do produto.
2012/abr	Deterioração na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul
2012/mai	Retomada das negociações entre os dois países.
2012/set	São assinados os Acordos de Adis Abeba, estabelecendo-se condições para a retirada das tropas da região de fronteira, a criação de zona desmilitarizada e a retomada da produção de petróleo sul-sudanesa.
2013/abr	Retomada da produção de petróleo sul-sudanesa. O Presidente sudanês Omar Al-Bashir realiza a primeira visita a Juba após a independência.
2013/dez	Eclosão do atual conflito civil, opondo forças atualmente lideradas pelo Presidente Salva Kirr àquelas lideradas pelo ex-Vice-Presidente Riek Machar.
2014/jan	Sob os auspícios da IGAD, foi assinado o Acordo para a Cessação de Hostilidades, que se tornou uma das principais referências dos esforços de mediação política da crise sul-sudanesa. Não obstante os sucessivos compromissos de cessar-fogo firmados após esse acordo, jamais cessaram os episódios de enfrentamentos entre as partes em conflito.
2015/mar	O processo de mediação auspiciado pela IGAD para a crise sul-sudanesa foi declarado como concluído sem êxito. Desde então, a comunidade internacional tem buscado formas alternativas de desenvolver mediação efetiva do conflito no país.

Cronologia das relações bilaterais

9/1/2011	Governo brasileiro envia missão de observadores ao referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.
9/7/2011	Governo brasileiro é representado na cerimônia de independência do Sudão do Sul pelo Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Na ocasião, o representante brasileiro assinou, juntamente com o Chanceler sul-sudanês, comunicado conjunto

	sobre o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Sudão do Sul.
7/2/2013	Decreto nº 7914 cria a Embaixada brasileira em Juba (não residente), cumulativa com a Embaixada do Brasil na Etiópia.

ATOS BILATERAIS

Não há registros de acordos bilaterais assinados entre Brasil e Sudão do Sul. Em julho de 2011, os dois países assinaram Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas, que é, ainda, o único ato bilateral assinado entre as partes.

Anexo econômico

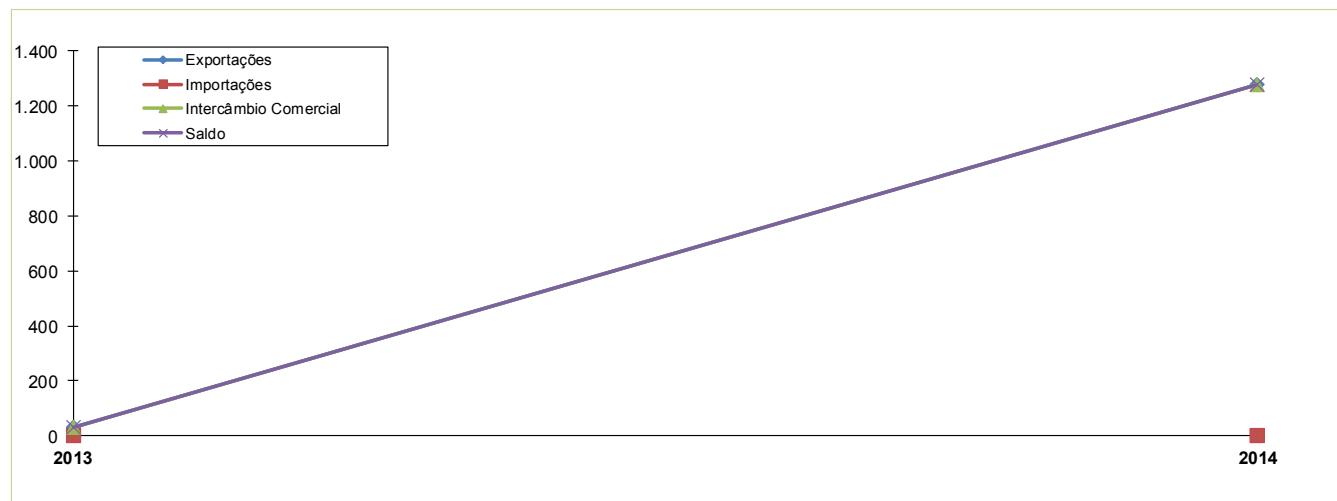
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Sudão do Sul US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2013	29	n.a.	0,01%	0	n.a.	0,00%	29	n.a.	0,01%	29
2014	1.279	4287,9%	0,57%	0	n.a.	0,00%	1.279	4287,9%	0,28%	1.279
2015 (jan-mar)	226	99,0%	0,53%	0	n.a.	0,00%	226	99,0%	0,25%	226
Var. % 2013-2014	4287,9%	---		n.a.	---		4287,9%	---		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Composição das exportações brasileiras para o Sudão do Sul US\$ mil, fob

Descrição	2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0	0,0%	748	58,5%
Carnes	0	0,0%	526	41,1%
Subtotal	0	0,0%	1.274	99,6%
Outros produtos	29	100,0%	5	0,4%
Total	29	100,0%	1.279	100,0%

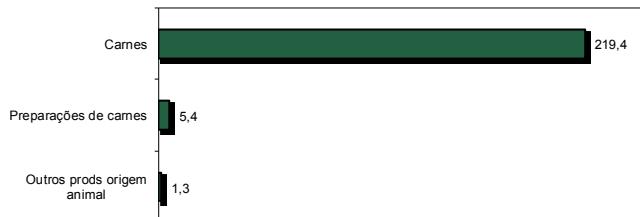
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	114	100,0%	219	97,1%	Carnes
Preparações de carnes	0	0,0%	5	2,4%	Preparações de carnes
Outros prods origem animal	0	0,0%	1	0,6%	Outros prods origem animal
Subtotal	114	100,0%	226	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	114	100,0%	226	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 324 - C. Civil.

Em 24 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL